

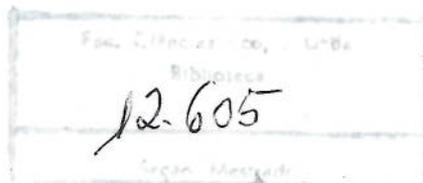
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE ECONOMIA
CURSO DE DOUTORADO EM ECONOMIA

**SOCIALISMO E MERCADO:
A DIALÉTICA ECONÔMICA DA TRANSIÇÃO NOS PAÍSES ATRASADOS E A
RUPTURA STALINISTA**

Doutorando: Paulo Antonio de Freitas Balanco

Orientador: Prof. Dr. Jorge Lobo Miglioli

Campinas, outubro de 1996.



AGRADECIMENTOS

A atitude de agradecer a pessoas e instituições que tenham participado direta ou indiretamente da elaboração de um trabalho acadêmico, em apoio ou colaboração com seu autor, longe de apresentar-se como um procedimento formal, deve ser vista como uma iniciativa de delicadeza daquele que empreendeu um estudo e assume todas as responsabilidades pelo seu resultado. Mesmo assim, em determinadas circunstâncias, trata-se de uma manifestação de difícil implementação em virtude da dificuldade em se precisar quem de fato pode ser mencionado sem ferir suscetibilidades.

No caso particular da confecção desta tese as dificuldades em mencionar aqueles que devem receber os agradecimentos não são muito elevadas em face das condições particulares em que a mesma ocorreu. No geral, tratou-se, por opção pessoal, de um trabalho solitário. Com exceção das importantes discussões travadas com meu professor orientador, o diálogo ocorreu com os livros e os textos, sobressaindo, então, com mais ênfase neste processo os vínculos que ocorrem no plano afetivo e que se revelam de tão grande importância pelo apoio que representam para que qualquer trabalho dessa natureza tenha uma realização minimamente feliz.

Dessa maneira, agradeço em primeiro lugar ao Professor Jorge Miglioli pela disposição e, como não dizer, coragem por aceitar a orientação de uma tese de doutoramento a respeito de um tema que, equivocadamente, se encontra em tão baixa cotação atualmente nas academias. Em que pese a grande dificuldade, a discussão do socialismo continuou sendo encaminhada, mesmo que na defensiva. E, hoje, procurar estudar as causas e equívocos das experiências já realizadas e fracassadas, como é o propósito desta tese, não pode deixar de ser vista como uma atitude que tende a frutificar. Ela participa do esforço de retomada do lugar que o marxismo vem reconquistando como uma das nossas grandes aquisições, a qual permite a interpretação do mundo em que vivemos, ao tempo em que procura dar ao

socialismo o destaque que merece como uma das grandes preocupações da sociedade humana.

Evidentemente, não poderia faltar meu agradecimento à Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) por ter criado as condições para minha vinculação ao Curso de Doutorado do seu Instituto de Economia. Sem dúvida, a passagem pelo referido programa representou uma profícua experiência cuja resultante foi uma gratificante elevação de meus conhecimentos como economista, com a qual passo a ter uma formação profissional e humanista que supera de longe as orientações áridas e conservadoras das escolas econômicas mais representativas do pensamento burguês. Em particular, me cabe agradecer aos professores de quem fui aluno durante a realização dos créditos em disciplinas. Além disso, não poderia deixar de registrar o tratamento atencioso e carinhoso que sempre me foi dispensado pelos diversos funcionários do Instituto de Economia, enfatizando aqueles vinculados à secretária do programa de pós-graduação.

O financiamento da minha estadia na cidade de Campinas durante quatro anos para a participação no mencionado curso de doutorado e elaboração da presente tese só foi possível em decorrência de uma bolsa de estudos oferecida pela CAPES do Ministério da Educação. Além disso, a instituição da qual sou funcionário, exercendo o cargo de professor de economia, a Universidade Federal da Bahia, permitiu meu afastamento das minhas atividades regulares para me dedicar exclusivamente às tarefas acima mencionadas sem prejuízo de meus vencimentos. Por essas razões devo agradecer enfaticamente a tais instituições.

O convívio com colegas do Curso de Doutorado da Unicamp foi de grande importância no sentido da apreensão da formação acadêmica ministrada como também para a constituição de fortes laços de amizade. Particularmente, sou grato aos colegas da turma de 1992 Vera Storck, Newton Paulo Bueno, Claus Germer e Sílvio Cário.

O meu retorno ao estado de São Paulo possibilitou durante quatro anos um envolvimento mais próximo com minha família de quem recebi grande estímulo para que o presente trabalho fosse realizado. Dessa maneira tem grande importância para mim a preocupação e o apoio permanentes manifestados por meus pais Antonio e Maria e por meus irmãos Maria José, João Jorge, Célia Regina, Ana Maria e José Mário.

A uma pessoa especial devo mencionar por ter tolerado as agruras da minha ausência em face de minha opção pela realização do doutorado. Trata-se de

meu filho Jan Felipe que, por residir em Salvador, esteve afastado de meu convívio quase todo o tempo em que permaneci na cidade de Campinas. Entretanto, mesmo à distância, sua existência sempre foi fonte permanente de minha inspiração.

Por último, uma bela descoberta tardia passou a fazer parte da minha vida na fase final de redação deste trabalho. Pelo carinho e pelo incentivo intelectual, um grande beijo para Ana Paula.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO GERAL	7
CAPÍTULO I	
A REVOLUÇÃO SOCIALISTA NOS PAÍSES ATRASADOS: A SUPERAÇÃO DE UM VIÉS DETERMINISTA DO MARXISMO	19
Introdução	19
1.1 O marxismo e as premissas do desenvolvimento histórico	23
1.2 Desenvolvimento capitalista e desenvolvimento teórico	31
1.3 A dialética econômica da transição I: a inevitabilidade do mercado e do direito burguês	58
CAPÍTULO II	
A RUPTURA STALINISTA: A NEGAÇÃO DA DIALÉTICA DA TRANSIÇÃO	72
Introdução	72
2.1 Atraso econômico, limitação material e gestação burocrática	77
2.2 A dialética econômica da transição II: a pré-condição externa para a realização do socialismo	90
2.3 Os fundamentos autárquicos da construção ideológica stalinista	100
CAPÍTULO III	
FORMULAÇÕES ECONÔMICAS MERCANTIS PARA A URSS	114
Introdução	114
3.1 A fórmula "preliminar" de Lenin: acumulação privada, tributação e cooperação com <i>capitalismo de Estado</i>	118
3.2 O modelo "integrado" de Trotsky: industrialização, planificação e proporcionalidade econômica com mercado mundial	141
3.3 O modelo harmônico de Bukharin: agricultura, espontaneísmo e mercado interno	168
3.4 O modelo "excludente" de Preobrazhensky: conflito, acumulação primitiva e trocas desiguais	191

CAPÍTULO IV	
A LÓGICA ECONÔMICA DA AUTARQUIZAÇÃO: DESPROPORCIONALIDADES E DEFORMAÇÕES	213
Introdução	213
4.1 A dialética econômica da transição III: o retardamento da internacionalização da revolução e a modernização soviética	216
4.2 O significado da autarquia no período da NEP	229
4.3 A consolidação da autarquia: industrialização e coletivização guiadas pelo empirismo	238
BIBLIOGRAFIA	261

INTRODUÇÃO GERAL

As transformações registradas entre o final da década de 80 e o início dos anos 90, que marcaram a derrocada final do regime soviético e seus congêneres do Leste europeu, promoveram uma mudança radical no cenário das nações, muito embora, ironicamente, ao mesmo tempo, tenham recolocado em destaque para a humanidade um tema presente como uma de suas principais preocupações há muito tempo. Trata-se da **necessidade** e da **possibilidade** do socialismo, questionamento agora formulado perante renovadas afirmações opostas: aquelas que apontam o capitalismo como o sistema capaz de oferecer à sociedade as condições de bem-estar material, harmonia e justiça social, pautadas em processos econômicos e sociais democraticamente extensivos.

A crise do Leste europeu, tomada, deliberadamente ou não, como a pretensa "crise final" do marxismo/socialismo, propiciou, desde então, um recrudescimento da apologia do ideal capitalista, sem deixar de atingir profundamente os meios que se filiam à idéia socialista. Como nunca visto, uma verdadeira pregação procura justificar, em face destes recentes acontecimentos históricos, uma suposta infalibilidade da tese que atribui ao capitalismo uma existência definitiva, a qual o credenciaria como a **única** organização econômica capaz de conduzir o gênero humano à superação de suas desigualdades Imemorais.

A história estaria a demonstrar, segundo esta ótica, que o socialismo fracassou e, assim, não teria passado de uma quimera daqueles que o conceberam. Noutros termos, entendem que o imaginário humano teria ganho mais uma e importante entidade, que se somaria à gama de seres intangíveis sempre buscados e nunca alcançados.

Conseqüentemente, a categoria histórica conhecida como o *mercado* é realçada à condição positivista de exclusivo e inexorável regulador da produção econômica, conhecendo sua plenitude na sociedade capitalista. Associa-se a esta postura o recente ressurgimento do "conceito" de **neoliberalismo**, agora calcado na variante ideológica que afirma "o fim da história": a história acabou, os sistemas

de tipo soviético foram eclipsados diante de uma comprovação da superioridade das economias de mercado sobre as economias planificadas.

Em que pese o conteúdo fortemente ideológico de tais afirmações, é necessário proceder com cautela e rigor, porém. Esquecem-se tais argumentos do grande sofisma encartado neste raciocínio: socialismo e o regime que existiu na URSS não significam, em absoluto, a mesma coisa; é impossível traçar um sinal de igualdade entre ambos concluindo por sua equivalência:

"(...) O marco histórico de 1989, que deu o sinal de partida para o desabamento dos regimes burocráticos da ex-URSS e de seus satélites do Leste da Europa, demonstrou ao mundo a falência dos sistemas que esmagavam as liberdades, a iniciativa e a criatividade e que deixavam para uma classe dirigente o privilégio exclusivo de tudo decidir, de recompensar e de castigar. Esta falência não é a do socialismo, que jamais conseguiu ser construído nestes países. É a dos regimes que não eram senão um arremedo de socialismo, onde o arbitrário se sobrepunha à racionalidade econômica. Para numerosos observadores e analistas ela demonstra, todavia, a falência da economia planificada como tal, a utopia do socialismo e a inexecutabilidade da teoria marxista de que os dirigentes dos regimes derrubados se reivindicavam. O perigoso corolário de uma tal avaliação consiste em transferir para o capitalismo, o qual se gostaria que sucedesse a estes regimes, o ônus da prova de sua capacidade de melhorar as coisas, de sua aptidão para atender às necessidades econômicas e sociais da população. (...)".¹

Por outro lado, contudo, este equívoco foi verificado às avessas. Partindo de uma posição doutrinária de conformação oposta foi possível também constatá-lo durante várias décadas na análise efetuada por grande maioria do chamado movimento operário e socialista internacional (seus partidos, organizações, dirigentes, pensadores, intelectuais e acadêmicos) para caracterizar os regimes econômico-político-sociais formadores do então bloco do COMECON.² E agora, após a revelação da verdade, em simultaneidade com a ideologia emanada pela burguesia no momento presente, muitos daqueles, adeptos ao socialismo, que recusaram ou não compreenderam a caracterização de tais países como **não socialistas**, passam também a uma posição de interpretação da catástrofe do mundo soviético como sinal de inequívoca comprovação da falência do marxismo/socialismo.

¹ GILL, Louis. *As transformações econômicas no Leste*. In NÓVOA, Jorge (org.). *A história à deriva: um balanço de fim de século*. Salvador, Universidade Federal da Bahia, 1993.

² Conselho Econômico de Ajuda Mútua. Organismo que reunia os países do bloco soviético para fins de integração econômica.

Como conseqüência destes novos acontecimentos históricos, muitos sentem-se instados a "repensar" o próprio conceito de socialismo. E este repensar resulta inclusive admitir como *inevitável* um suposto papel universal e fundamental do mercado e da livre iniciativa como elementos indispensáveis do desenvolvimento e da regulação econômica numa perspectiva supra-histórica. Por isso, no que diz respeito ao socialismo, o mercado deveria ser admitido como ordinário e preponderante na composição de sua estrutura. Tal versão reforça uma rejeição ao princípio do planejamento econômico geral como regulador necessário da economia socialista e ao próprio socialismo como propugnado por Marx.

Segundo este entendimento, o fracasso soviético teria colocado a nu, por diferentes razões, a impraticabilidade e a indefensabilidade da planificação econômica. Disso decorre a afirmação que aponta o mercado - uma vez estabelecido enquanto uma categoria histórica em sua versão capitalista - com o significado de perenidade e, portanto, como sendo o regulador irremovível fundamental. Agora, seria impossível ao socialismo sobreviver sem o mercado, o que deu margem inevitavelmente a construções e reafirmações teóricas de sociedades finais do tipo "socialismo de mercado", "mercado socializado" ou "mercado socialmente controlado", para não falar de outras variações sobre este mesmo tema.

Todavia, pensa-se, uma análise centrada nos próprios conceitos marxistas tem a virtude de desvelar semelhante equívoco. É inegável que a questão do **mercado no socialismo** não é um tema inédito e nem se manteve como um anátema entre os marxistas como equivocadamente muitos querem dar a entender ao reformularem seus posicionamentos a partir do fim do binômio stalinismo-burocracia. A bem da verdade, por conta do controle exercido sobre o movimento socialista por longo período, considerando o estabelecimento de um regime burocratizado na URSS que, procurando meios eficientes asseguradores de sua sobrevivência, competentemente lançando mão de um instrumento ideológico particular, hostilizava o princípio do mercado, ocorreu o sepultamento de um mecanismo econômico na transição que considerasse corretamente a contradição entre a propriedade social dos meios de produção - a conquista fundamental da revolução - e o grau de desenvolvimento econômico atrasado enfrentado por aquele país, em meio à configuração de um determinado quadro onde se destacava o bloqueamento da expansão revolucionária para o exterior, na fase que se descortinava após a tomada do poder em 1917.

Assim, sem dúvida, com o desmoronamento do império burocrático, apresenta-se mais fácil reconhecer que desde seus primórdios a problemática do

socialismo, segundo a ótica marxista, traz em seu interior o enfrentamento da questão do mercado como uma de suas componentes, sendo esta uma conclusão de primeira hora que decorre naturalmente do caráter materialista do método empregado por Marx para a interpretação histórica. A consideração desse tema, então, apresentou-se como obrigatória desde cedo quando das primeiras tentativas de teorização da organização econômica do socialismo tal como empreendida parcial e preliminarmente por Karl Marx e Friedrich Engels em alguns de seus textos, particularmente *A crítica do Programa de Gotha* e o *Anti-Dühring*.

Com efeito, destaca-se neste trabalho de doutoramento, como norma teórica orientadora, a questão primordial do *paradigma* mercantil na passagem ao socialismo. E, em particular, a preocupação fundamental está voltada para sua aplicação a um evento histórico concreto portador de seus elementos, ou seja, à tentativa socialista pioneira fracassada na URSS. Por conseguinte, procurar-se-á constatar, como um dos principais objetivos do estudo em pauta, que a concretude histórica revelou a supressão do necessário processo de **transição** ao socialismo solicitado pelas particularidades histórico-sociais que envolviam aquele país após a revolução de 1917, o que implicava, em termos práticos, a implementação de uma orientação econômica em oposição àquela apontada pela reflexão teórica que o marxismo conseguira desenvolver para além dos passos iniciais de seus fundadores. Concluir-se-á, então, que, no plano da ação humana consciente, a recusa, ou a inobservância, de procedimentos econômicos pautados na **dialética econômica da transição** apresenta-se como o elemento chave, ou a explicação mais plausível da inviabilização da primeira experiência socialista.

Esta dialética, presente nas condições concretas enfrentadas pela Rússia pós-revolucionária, indicava uma postura econômica de reconhecimento da inevitabilidade da participação da URSS no ambiente mercantil-capitalista, tanto interna como externamente. Em se tratando de um país atrasado que realizara a revolução proletária, e em função da sua não *ocidentalização* no curto prazo, a presença das relações mercantis apresentavam-se como inevitáveis, em determinadas condições, no processo da construção do socialismo da União Soviética. Entretanto, bem entendido, tais relações deveriam ser admitidas em caráter transicional, evidentemente concebendo-as como componentes de um mecanismo econômico que deveria ser empregado com o objetivo de viabilizar o socialismo e não com o interesse de perpetuar procedimentos próprios do mundo mercantil e, sobretudo, do capitalismo.

Considera-se, então, e como será melhor explicado adiante, que o próprio marxismo, não apenas em sua origem, mas também em seu desenvolvimento já alcançando o século XX, inclusive quando do esforço realizado pelas suas principais cabeças acerca das alternativas que poderiam ser adotadas pela URSS em seu desenvolvimento, forneceu os argumentos justificadores do mercado (ou elementos mercantis) no socialismo. Assim, procurando resgatar tais elaborações como base teórica, com esta tese de doutoramento pretende o autor participar do debate acerca das motivações que levaram ao fracasso do regime soviético e, por conseguinte, da inviabilização do projeto socialista.

Torna-se pré-condição para a realização da citada discussão apresentar, à luz da realidade capitalista interpretada pelo marxismo, o socialismo como uma necessidade objetiva da sociedade humana no sentido não apenas de sua preservação como também de sua evolução. Para que tal projeto possa tornar-se realidade, em última instância, é requerida a supressão das leis econômicas do capitalismo que trazem em si elementos permanentes de desigualdade, desequilíbrio, instabilidade e destruição. Contudo, tais elementos, contraditoriamente, sob certas condições, apresentam-se como importantes e inevitáveis para que esse projeto seja viabilizado.

Logo, pode-se dizer que se deseja analisar teoricamente, respeitando-se certos recortes, as condições em que os mecanismos de mercado devem ser utilizados em países que abraçam o projeto socialista. Isto é, naqueles países em que o movimento histórico-político permite a transferência da propriedade dos meios de produção da burguesia para as classes sociais que trabalham.

Assim é que, tendo-se como referencial a teoria e a doutrina de Marx, reconhece-se que o mercado é uma categoria histórica que na maioria das vezes poderá ser utilizada como forma concreta na construção da organização econômica do socialismo como condição necessária mas não suficiente. Admitida essa possibilidade, se o objetivo é o socialismo, o mercado torna-se peça do seu mecanismo econômico no contexto da **transição**, devendo ser, entretanto, "desconstruído" como meta a ser alcançada, ou como elemento autônomo permanente.

Ao mesmo tempo, tomando-se a URSS como o "passado" histórico, deve-se ter em mente que a *dialética econômica da transição*, expressando a tradução prática do emprego do elemento mercantil na transição ao socialismo, teria que ser adaptada à situação de um país atrasado que se destacaria como o pioneiro a realizar a revolução desapropriadora da burguesia. A grande dificuldade para o

enfrentamento dessa difícil adaptação passava pela solução de uma questão para a qual o marxismo encontrara dificuldades em apresentar respostas precisas até a extinção do século XIX. Até então, o marxismo não dispunha dos argumentos convincentes para fazer a defesa da empreitada representada pela iniciativa revolucionária do proletariado rumo à implantação de seu próprio poder num país atrasado. Sobretudo, de acordo com a visão de seus representantes na Rússia e na Alemanha, tornara-se enrijecido por meio de uma ortodoxia que só admitia semelhante iniciativa no interior dos países capitalistas desenvolvidos.

Assim, a dialética econômica da transição teria que ser reformulada com base numa nova argumentação teórica, a qual estava associada à justificativa da deflagração da revolução socialista num país atrasado participante do universo dominado pelo capitalismo. Fazia-se mister, de tal modo, uma **atualização** teórica do marxismo correspondente à precisa caracterização do desenvolvimento do capitalismo na oportunidade em que este ganhara uma conotação que o distinguia profundamente daquela sua fase chamada concorrencial. E na medida em que foi possível ao marxismo avançar para um patamar mais elevado em sua trajetória teórica, foram criadas as condições solucionadoras das dúvidas que se apresentavam perante a alternativa revolucionária do país atrasado.

Reconhecida semelhante evolução com o aparecimento da *teoria da revolução permanente*, vinda à luz nos primeiros anos do século XX, argumenta-se aqui que a Revolução Russa pode ser centrada numa base teórica que justificaria sua efetivação como um evento completamente possível em face de sua lógica interna e do tratamento inovador que dava ao modo de produção capitalista e à *revolução proletária mundial*.

Mas, acredita-se, se a teoria da revolução permanente apresentava as razões para o início do socialismo a partir de um país atrasado como a Rússia, ao mesmo tempo definia a nova sociedade como um *sistema* mundial, o que por si só apontava para a impossibilidade de sua realização no espaço *nacional*. Desta forma, concomitantemente, fazia parte de seus dispositivos teóricos, permitir a interpretação do prosseguimento da tentativa socialista no país atrasado sob condições mais restritivas, como acabou se materializando com o não prosseguimento revolucionário para os países desenvolvidos da Europa no curto prazo.

De tal forma, com a verificação de uma *hipótese particular* implícita à teoria da revolução permanente, o não surgimento de novos espaços socialistas ao redor da Rússia, a dialética econômica da transição passava a ser identificada com a

adoção de mecanismos transitórios em cuja finalidade estava o ingresso do país na modernidade em condições mais propícias, em face da propriedade social dos meios de produção, do que aquela que se projetaria de uma trajetória capitalista ordinária. Ao mesmo tempo, como se depreende, essa modernização não poderia ser considerada como uma realização efetivamente socialista, já que a mesma seria impossível sem as amplas vantagens para a vida interna advindas do intercâmbio econômico com os países mais desenvolvidos em bases solidárias.

Ver-se-á, portanto, que mesmo diante da ausência das condições favoráveis ao erguimento pleno do socialismo, a teoria da revolução permanente possuía versatilidade suficiente para apontar uma orientação que, ao mesmo tempo em que criava perplexidade, se colocava em perfeita sintonia com a dialética econômica da transição inspirada no materialismo histórico: mesmo participando das relações econômicas comandadas pela lei do valor seria muito mais proveitoso estabelecer o processo de desenvolvimento interno da Rússia, tendo como referência a **lógica** da revolução socialista internacional, sem a sua exclusão do mercado mundial e sem o seu isolamento perante a divisão internacional do trabalho. Já o desenvolvimento econômico praticado com referência a uma suposta integridade socialista, de acordo com a justificativa ideológica do stalinismo, apenas poderia ser fundamentado na autonomia soviética, e, assim, basear-se-ia exclusivamente em seu enorme atraso econômico, ao qual se somava a devastadora destruição observada como conseqüência da luta pela retenção do poder entre 1917 e 1920. Desse modo, a via adotada antecipava desde logo um desfecho por meio de um tipo de desenvolvimento que conduziria à auto-destruição.

Do ponto de vista metodológico, como se pode depreender, este estudo reporta-se a um intervalo temporal preciso. Cobre o espaço de tempo que vai de 1905 aos primeiros anos da década de 30, período em se descortinou o surgimento da teoria da revolução permanente, a realização da Revolução Russa de 1917, as contribuições teóricas para uma organização econômica inerente à não *ocidentalização* da revolução; e também o surgimento e consolidação do fenômeno burocrático negador da dialética da transição que conduziu a URSS ao isolamento e a seu posterior fracasso sob o comando imperial de Stalin.

Justificar-se-á aqui que a URSS dispunha de elaborações econômicas, propostas pelos seus principais líderes, em consonância com a dialética econômica da transição proposta pela teoria da revolução permanente. Porém, elas seriam subvertidas em sua coerência por Stalin quando necessitou produzir uma ideologia condizente com sua ascensão ao poder como líder de uma casta social que

encontrava na propriedade estatal dos meios de produção seu habitat adequado para levantar-se como uma "classe" dominante.

A ideologia de Stalin, a *teoria do socialismo num só país*, pode ser descrita como uma ruptura com a dialética econômica da transição, pois em seu âmago encontra-se a exigência do isolamento nacional perante o exterior, que tem o mesmo significado do levantamento da **autarquia** econômica, mecanismo fundamentalmente responsável pela construção de um aparelho econômico rico em desproporcionalidades e deformações que levariam a URSS a um desfecho trágico para as aspirações socialistas da humanidade.

No Capítulo I, intitulado **A revolução socialista nos países atrasados: a superação de um viés determinista do marxismo**, em primeiro lugar, procurar-se-á comprovar que o marxismo, visando atualizar-se em consonância com a evolução do modo de produção capitalista, como uma evidência e uma *totalidade* mundial, justifica coerentemente a realização da revolução proletária num país atrasado, como era o caso da Rússia em 1917. Rompendo com um viés determinista que levava os marxistas a um impasse a respeito da deflagração do processo revolucionário, estes passariam a admitir que a revolução poderia iniciar-se não apenas nos países capitalistas desenvolvidos. Atingidas determinadas condições no desenvolvimento do capitalismo, um país atrasado estaria em condições, se sua objetividade e subjetividade interna o permitisse, de apresentar-se como pioneiro na experiência revolucionária proletária. Essa possibilidade emanava do esgotamento da revolução burguesa como um fenômeno mundial e da situação de incapacidade que daí era criada para as burguesias nacionais dos países atrasados em desenvolver as tarefas típicas de sua própria classe. Ao mesmo tempo, em função do espraiamento das relações capitalistas para estes países, o proletariado formava-se em condições de advogar o cumprimento do papel que caberia originalmente à burguesia, fato que, por sua vez, o conduzia a constituir-se enquanto uma classe *para si*, e, por conseguinte, levava-o a postular a realização do próprio socialismo.

Considera-se aqui que a evolução teórica realizada pelo marxismo incorporando tal justificativa acontece com a elaboração da *teoria da revolução permanente* de acordo com os desenvolvimentos e contornos que lhe foram dados por Leon Trotsky. Já quando da realização da revolução de 1905 na Rússia Trotsky dispunha de um prognóstico que apontava para a possibilidade de efetivação da realização proletária naquele país, evento que acabou se concretizando em outubro 1917 sob a liderança do Partido Bolchevique. Assim, avalia-se neste capítulo, o surgimento daquele arcabouço teórico estimulou a iniciativa decisiva dos

bolcheviques que se encontravam diante de um beco sem saída até o início daquele ano em função das confusões em que estavam mergulhados provenientes da dificuldade em assumirem aquela inovação teórica que se fazia presente entre eles há vários anos.

Em segundo lugar, neste primeiro capítulo, procura-se discutir teoricamente as condições necessárias ao desenvolvimento econômico de acordo com a perspectiva do socialismo diante das condições histórico-concretas que se apresentavam. De tal sorte que, supondo a realização revolucionária apoiada na explicação dada pela teoria da revolução permanente, também o desenvolvimento econômico socialista não poderia ser estabelecido sem considerar tal argumentação teórica. Admitindo a necessidade da constituição de um quadro de *transição* ao socialismo, esta deveria ser centrada numa *dialética econômica da transição* fundamentada na teoria da revolução permanente. Nesse sentido, o mecanismo econômico a ser implementado não poderia fugir ao emprego de instrumentos econômicos de estirpe mercantil-capitalista, obviamente associadas aos princípios da organização socialista da economia. Busca-se, como não poderia deixar de ser, a elaboração de um quadro teórico interpretativo do **desenvolvimento econômico socialista**, apropriado às particularidades inerentes à União Soviética na oportunidade de levantar o projeto pelo qual se batera quando da realização de sua grande revolução. E, assim, procurar justificar porque se fazia indispensável uma "etapa" de desenvolvimento capitalista para a URSS, mas com a grande diferença que a mesma seria conduzida pelo próprio proletariado.

Considerando-se esta realização em um contexto teórico pertinente à transição, esta etapa revela-se como um processo contraditório assinalado pela presença do mercado e por outras categorias econômicas do mundo burguês (salário, moeda, acumulação privada, etc) projetados ao socialismo. Tratar-se-ia de uma continuidade transitória, cuja duração não pode ser estabelecida previamente. Quer dizer, os prazos e ritmos em que o mercado será ultrapassado depende de uma série de condições presentes interna e externamente ao país (sociedade) que se propõe a empreender a via do socialismo.

Depreender-se-á, então, que o afastamento das relações mercantis fundamentais, mesmo que se admita que no socialismo, a longo-prazo ou não, o planejamento não possa ser total, está em direta consonância com a necessidade da propriedade social dos meios de produção. Esta é a condição primeira delineadora da nova formação econômica. Ao mesmo tempo, ela é exigida para tornar possível a disposição integral destes meios visando a eliminação do jogo das forças motrizes do capitalismo e para assegurar um crescimento econômico de

acordo com **outras** leis, quer dizer, as leis econômicas de uma economia socializada e planejada.

A lógica implícita a esta concepção é a de que o mercado capitalista objetivamente exige a propriedade privada como instituição e induz à constituição e ao funcionamento de um aparelho econômico-político tendencialmente voltado para a acumulação privada e que lhe é inerente. Por essa razão, as leis do mercado utilizadas no socialismo deverão estar sob o controle (subordinação) de leis econômicas de caráter socialistas, o que não deixa de constituir um quadro contraditório e conflitivo, mas conscientemente concebido.

O capítulo II chama-se **A ruptura stalinista: a negação da dialética da transição**. Nele defende-se a tese de que condições materiais particulares e excepcionais contribuíram decisivamente para o fortalecimento de uma burocracia, a qual pouco tempo após a revolução empalmaria o poder tendo em Stalin seu principal representante. Atuando como uma fração social, que não pode ser caracterizada como uma classe, tal burocracia tratou de conduzir os rumos dos país de acordo com seus interesses de casta, o que significou o desvirtuamento do objetivo socialista da Revolução Russa.

Uma vez que se valera das condições materiais para disseminar seus tentáculos pelos poros da sociedade, por meio do aparelho estatal e partidário, a burocracia necessitava de uma formulação teórica capaz de credenciá-la junto à grande massa de operários e camponeses. É por essa razão que Stalin recorre a um arcabouço aparentemente teórico, mas que na verdade aproxima-se muito mais a uma ideologia. Surge então a *teoria do socialismo num só país*, o contraponto de enfrentamento da burocracia à teoria da revolução permanente da qual se valia Trotsky e a "oposição de esquerda", adversários de Stalin pelo controle do poder, mas que ao mesmo tempo se afirmara como a referência que permitira a inspiração para a realização da revolução e para a adoção das medidas econômicas da transição.

Neste capítulo, então, estar-se-á comprovando que a elaboração da teoria do socialismo num só país significou um retrocesso, uma postura reacionária de rompimento com a dialética econômica da transição por advogar que a URSS deveria construir o seu "próprio" socialismo. Representava na prática a justificação teórica para um isolamento que serviria de base para a afirmação da *autarquização* econômica, fenômeno que conduziria às inevitáveis deformações. Conceituando a autarquia como o próprio socialismo, Stalin tratou de argumentar espalhafatosamente que o país já ingressara no socialismo em meados da década

de 30, quando, na verdade, suas atitudes resultavam na perpetuação do atraso por negar a necessidade do envolvimento da URSS com o mercado mundial diante de uma situação de adversidade representada pelo adiamento da revolução proletária nos países capitalistas adiantados.

No capítulo III, por nós chamado de **Formulações econômicas mercantis para a URSS** ver-se-á as elaborações teóricas apresentadas pelos principais indivíduos que se preocuparam em pensar a respeito da necessidade do estabelecimento de uma economia "mista" para a URSS. Adota-se aqui uma postura metodológica particular: trata-se de formulações dadas a conhecer por dirigentes políticos de grande envergadura e ao mesmo tempo dotados de reconhecida capacidade de reflexão teórica a respeito da esfera econômica. Trata-se de Lenin, Trotsky, Bukharin e Preobrazhensky. Por isso, não serão consideradas as contribuições de outros importantes participantes do processo de discussão da questão do desenvolvimento econômico soviético, tais como Smilga, Strumillin, Feldman e Kondratiev, entre outros. Julga-se que foram as idéias daqueles dirigentes revolucionários que estiveram na ordem-do-dia quando dos debates travados para a definição dos rumos econômicos do país, o que justifica que o interesse sobre a questão nesta tese esteja centralizado sobre os mesmos.

Além disso, aplica-se para a discussão deste capítulo, um outro procedimento metodológico, que se apresenta por meio de um corte temporal: serão consideradas as posições dos autores mencionados apresentadas a partir de 1921, desdobrando-se até 1928. Isto porque foi com o reconhecimento do fracasso do Comunismo de Guerra em finais de 1920 que os bolcheviques voltaram-se para pensar a economia admitindo a necessidade de uma transição. Em 1921, para confirmar essa preocupação, veio à luz a Nova Política Econômica (NEP), que traduziria a utilização de princípios mercantis para o desenvolvimento econômico interno. E até 1928 ainda continuaram as opiniões pautadas num princípio de organização econômica reunindo mercado e planificação.

Com esse terceiro capítulo quer-se verificar e avaliar as contribuições daqueles autores em consonância com a teoria da revolução permanente, posto que, imediatamente após a tomada do poder em 1917, os bolcheviques voltaram-se, motivados pela necessidade, para um mecanismo econômico que negava a transição e admitia, equivocadamente, a possibilidade da passagem direta para um aparelho econômico amplamente socialista. Então, acredita-se, com a elucidação de tal equívoco diante da evidência dos fatos, a partir de 1921 impôs-se o repensar do desenvolvimento centrado no reconhecimento da transição. Procurar-se-á, então, constatar nas formulações analisadas as aproximações e os distanciamentos face a

dialética econômica da transição apoiada na teoria da revolução permanente. A importância deste capítulo ganha maior dimensão quando se sabe que a mudança de rumos decorrente da consolidação do poder de Stalin se fez em dissonância com a orientação teórica e econômica majoritária sugerida e, em parte, aplicada na década de 20 na URSS. Dessa maneira, poder-se-á avaliar no capítulo seguinte, como comprovação do rompimento operado por Stalin visando sua afirmação como dirigente máximo, a conseqüente construção de um regime econômico ao mesmo tempo inerente a esse objetivo e portador da gênese de sua própria destruição.

Por fim, no Capítulo IV, **A lógica econômica da autarquização: desproporcionalidades e deformações** estar-se-á avaliando de que maneira a teoria do socialismo num só país inspirou a construção de um mecanismo econômico que lhe é inerente, mas que, antes de tudo, é completamente coerente com as necessidades da burocracia em reproduzir-se enquanto segmento de classe que exerce o papel de dominação de classe.

Defende-se aqui a idéia de que a teoria do socialismo num só país não pode ter outra tradução no campo econômico que não aquela que implica a negação da transição e, portanto, a rejeição da importância das relações mercantis para, transitoriamente, o desenvolvimento econômico voltado para o socialismo. A conseqüência do prevaletimento da teoria de Stalin no campo econômico coincide com a supressão abrupta das relações mercantis internas como fonte importante da acumulação socialista, mas também com o rompimento das relações econômicas "normais" com o capitalismo no plano do mercado mundial num ambiente em que a URSS não poderia se furtar a exercer um determinado papel como membro da divisão internacional do trabalho como decorrência das adversidades provenientes do retardamento da revolução internacional.

A construção do socialismo por seus próprios meios, ou a lógica econômica da autarquia, resultaria na organização de um aparelho econômico interno deformado pelas enormes desproporções decorrentes de uma atividade econômica que exigia o superdimensionamento da indústria pesada. Resultaria isso na impossibilidade de criação das condições para a evolução e inovação tecnológica permanentes, as quais deveriam propiciar, em condições de relacionamento, sem subordinação, com o mercado internacional, a melhoria substancial das condições materiais de vida dos cidadãos da URSS e não a sua involução como acabou de fato ocorrendo.

CAPÍTULO I

A REVOLUÇÃO SOCIALISTA NOS PAÍSES ATRASADOS: A SUPERAÇÃO DE UM VIÉS DETERMINISTA DO MARXISMO

INTRODUÇÃO

No presente momento, procurando identificar as causas que possam explicar o fracasso da primeira experiência socialista, muitos, a começar pelos próprios socialistas, reforçam a tese de que a Revolução Russa ocorreu prematuramente. E tal impressão, o que é mais importante, se manifesta assentada numa suposta razão irremovível do marxismo: este teria sempre afirmado até às vésperas daquela revolução a impossibilidade de um país atrasado obter êxito no empreendimento socialista antes de conhecer uma experiência capitalista suficientemente desenvolvida para que as condições propícias ao surgimento do socialismo estivessem plenamente amadurecidas. Portanto, embora tardiamente, o tempo teria se encarregado de demonstrar a justeza dos prognósticos de Marx.

Como consequência de uma leitura que "congela" o marxismo como método de interpretação histórica, tal conclusão, na verdade, muito tempo depois, é apenas uma reprodução de afirmações que já estavam presentes desde quando se manifestaram na velha Rússia as possibilidades efetivas da ascensão do proletariado ao poder. De sorte que, os mesmos argumentos que insistem em desconhecer que o marxismo conseguira superar suas dúvidas quanto à localização correta da Revolução Russa no espectro do desenvolvimento histórico da humanidade, continuam a lançar mão de fórmulas que já estavam corroidas mesmo quando o capitalismo adquirira sua nova face na virada do século XIX. Hoje, a utilização de argumentos do tipo "a Rússia não tinha cumprido ainda sua fase

capitalista" soam muito mais como aforismos do que explicações com qualquer consistência aceitável à luz da história vista corretamente pelo método do marxismo. Aproxima-se mesmo de um anacronismo em face do perfil com o qual o capitalismo se apresentava à humanidade já nas duas primeiras décadas do século atual.

Em contrapartida, objetiva-se explicar no presente trabalho que o insucesso da construção do socialismo na ex-URSS não deveu-se somente ao atraso capitalista na Rússia quando do advento da revolução. Economicamente falando, paradoxalmente, argumenta-se aqui que a cristalização de uma posição que rejeitava a existência desse próprio atraso, como componente de uma determinada totalidade econômica, constitui-se numa raiz explicativa fundamental para o fracasso daquele projeto socialista. Em conseqüência, neste primeiro capítulo, como ponto de partida metodológico para o desenvolvimento deste estudo, pretende-se destacar que as condições objetivas particulares da Rússia em 1917, perante à interpretação marxista, não podem ser tomadas como justificadoras de uma suposta "incoerência" implícita à decisão dos bolcheviques em postular a implementação do projeto socialista naquele país.

As condições objetivas, associadas ao conceito de atraso, tendiam a impor aos marxistas uma postura deformadora, reducionista, no que respeita ao objeto de estudo. Dessa maneira, o "atraso" era, e ainda é, tomado como um objeto em "si próprio", isolado do contexto das relações que, ao cabo, eram (e são) as responsáveis pela "produção" do retardamento sócio-econômico.

A postulação bolchevique só poderia ter guarida do ponto de vista teórico se fosse elaborada em paralelo com uma indispensável "atualização" da interpretação marxista do modo de produção capitalista em seu desenvolvimento histórico. Uma atualização que se impunha pelo própria evolução do capitalismo, e que não pode ser vista como uma "artificialização" da teoria para justificar supostos paraísos oníricos.

Já no início do século XX o capitalismo apresentava seus traços fundamentais plenamente desenvolvidos; mesmo assim, o marxismo encontrava-se diante de um impasse relativamente à interpretação política de um regime que pudesse resultar da ação revolucionária do proletariado nos países relativamente atrasados da Europa. Impunha-se inapelavelmente a seguinte pergunta aos revolucionários: se por meio de sua força e organização o proletariado adquirisse condições para fazer desaparecer os regimes pré-capitalistas que perduravam após as vagas revolucionárias burguesas dos séculos XVIII e XIX, após tal ação de derrubada das forças monárquico-feudais, este mesmo proletariado deveria entre-

gar o poder à burguesia para que o país conhecesse seu período democrático-capitalista? Ou, em outras palavras, em que condições a possibilidade de efetivação de um poder do proletariado poderia se materializar?

Ao adentrar o século XX era opinião geral entre os marxistas que o proletariado deveria abrir mão do exercício do poder no sentido da implantação do socialismo mesmo que fosse o responsável direto pela superação do absolutismo. Porém, este mesmo século XX, ao trazer consigo as primeiras possibilidades de ação revolucionária independente do proletariado na Rússia, em 1905, possibilitou a evolução do marxismo para um novo patamar teórico-argumentativo a respeito da tomada do poder pelos trabalhadores nos países atrasados.

Até então insistia-se que o capitalismo, por seu próprio desenvolvimento, apontava como único caminho estratégico para o socialismo a deflagração da revolução proletária somente naqueles países onde as forças produtivas alcançavam um elevado grau de desenvolvimento; a revolução socialista deveria ocorrer pela primeira vez nestes países. A suposição de um desmentido a esta avaliação deveria ser encarada como uma heresia. Assim, negando essa possibilidade aos países atrasados, a partir do marxismo deveria concluir-se que uma revolução proletária em qualquer um desses países conduziria necessariamente a um regime econômico-político burguês que perduraria por um período de tempo indeterminado.

Entende-se que se tratava de uma compreensão determinista no que tange ao advento do socialismo, posto que seu conteúdo estava impregnado de uma concordância quanto a existência de um princípio de "inevitabilidade" da história. A interpretação dogmática e formalista das afirmações de Marx tornara-se uma barreira intransponível considerando a ausência de uma nova contextualização de suas análises a respeito do desenvolvimento do capitalismo.

Finalmente, a transposição dessa barreira foi efetuada quando a própria expansão do capitalismo, sob novas condições, para os países que ainda mantinham características fortemente feudais, permitiu que a situação russa clarificasse aos marxistas que o socialismo poderia iniciar-se indiferentemente tanto nos países atrasados quanto nos desenvolvidos. Esse discernimento possibilitou aos bolcheviques em 1917 o abandono de sua indefinição, que carregavam desde quando se constituíram enquanto organização revolucionária, assumindo o poder sem tergiversações e sem entregá-lo ou dividi-lo com a burguesia.

Neste capítulo inicial, como ponto de partida para as abordagens posteriores, que tratam da construção socialista, e em particular para a URSS, pretende-se discutir o conceito de transição ao socialismo nos países atrasados. Rompendo com uma certa tradição do marxismo que, se supõe, apresentava-se por meio de um viés *determinista*, qual seja, aquele que afirmava a impossibilidade da passagem ao socialismo a partir de um país economicamente atrasado, assume-se aqui que a *teoria da revolução permanente* surge como o elemento inovatório

Com essa teoria pode-se dizer que o marxismo passava a dispor de meios teóricos para superar sua dúvida. Poderia agora afirmar que, em determinadas condições, só o proletariado poderia implementar as condições para o desenvolvimento capitalista nos países atrasados. Mas, este desenvolvimento, pré-condição para a evolução das forças produtivas precursoras do socialismo, contraditoriamente, deveria acontecer sob controle e direção dos trabalhadores, o que implicaria a organização de um Estado operário. A concordância com tal ponto de vista tornou-se possível sob inspiração da *teoria da revolução permanente* que forneceu os meios teóricos justificadores do caráter proletário da Revolução Russa de 1917, a qual, iniciada na via de constituição de uma democracia liberal-burguesa, derivou rapidamente para a implantação de um Estado operário.

Com a discussão acima indicada ter-se-á o aporte sem o qual ficariam incompreensíveis as conclusões que aqui se pretende extrair, nos capítulos II e IV, a respeito do elevado equívoco cometido por Stalin ao formular sua *teoria do socialismo num só país* como fundamento de *ruptura* com este desenvolvimento teórico do marxismo, a qual aplicada mediante a forma de uma política particular de desenvolvimento econômico, contribuiria decisivamente para o fracasso do projeto socialista soviético. Simultaneamente, apresentar-se-á como elemento balizador das interpretações, realizadas no capítulo III, quanto à justeza e correção, assim como aos equívocos, das proposições atinentes ao emprego dos elementos econômicos próprios das economias de mercado num regime social fundado sob a égide do socialismo de acordo com as elaborações dos principais líderes da Revolução Russa. Estas contribuições para a composição da economia "mista" no regime político do proletariado, formuladas por alguns dos principais atores da cena política revolucionária proveniente de outubro de 1917, serão avaliadas e confrontadas, na primeira seção do capítulo IV, com as conclusões estabelecidas neste primeiro capítulo. Só assim, ter-se-á as condições para se proceder à avaliação, no mesmo capítulo IV, dos rumos tomados pela URSS no que concerne às decisões econômicas que acabaram por estatuir uma estrutura produtiva que se cristalizou como a fonte de sua própria crise terminal.

1.1 O MARXISMO E AS PREMISSAS DO DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO

É bem conhecida a interpretação da evolução das sociedades humanas de acordo com a ótica do materialismo histórico. Com base nela argumenta-se que as fontes propulsoras do movimento histórico estão localizadas nas transformações operadas na organização social da atividade produtiva, ou, com maior precisão, devem ser identificadas como aquelas expressões econômicas que induzem as modificações ocorridas nas relações sociais que os seres humanos estabelecem entre si com o objetivo de garantir sua existência material.

Desde quando os homens passaram a utilizar o trabalho produtivo, isto é, se depararam com a possibilidade de transformação da natureza por meio do trabalho objetivando a obtenção dos meios materiais garantidores de sua existência, se separaram definitivamente da condição exclusivamente animal para adquirirem o status de *animal social* que organiza a atividade produtiva de forma minimamente racional. E essa organização exige procedimentos e atitudes segundo as quais os indivíduos passarão a desempenhar funções e papéis determinados para que o resultado produtivo aconteça sob certas condições. Quer dizer, ao produzirem, concomitantemente, os homens estabelecem laços entre si, os quais tem uma conotação eminentemente social: são as relações de produção, que refletindo o caráter dos meios de produção e das forças produtivas designam também as características gerais da própria sociedade.

Devido a isso, admitindo-se determinados cortes históricos, cada formação econômico-social que seja passível de localização ao longo da história pode ser interpretada em concordância com o conceito de *modo de produção*. O Modo de Produção, esta importante categoria da interpretação marxista da história, concentra, tendo a produção, isto é, a economia como sua base infraestrutural, todos os elementos próprios da sociedade, adquirindo, de acordo com o modo de produção isoladamente observado, características que lhe são particulares. Estas permitem, então, que se classifique os vários modos de produção, processando-se as distinções entre os mesmos e, por conseguinte, se perceba a trajetória da evolução histórica. Assim, para os marxistas, a uma determinada forma de produzir corresponde toda uma constelação de expressões ideológicas que podem ser

desdobradas, entre as mais importantes, em elementos jurídicos, manifestações políticas, práticas religiosas, concepções ético-morais e atitudes artístico-culturais.

Além disso, para que a compreensão metodológica do materialismo histórico fique bem sedimentada faz-se necessário verificar de que maneira o mesmo entende a *continuidade histórica*. A rigor, o modo de produção não deve ser visto como uma expressão estática. Isto decorre da evidência de que a própria atividade produtiva tem ao seu interior uma vocação para a transformação permanente, conferindo-lhe um conteúdo dinâmico em face da evolução tendencialmente progressiva das forças produtivas. Em certo sentido pode-se dizer que são estas que tem a "iniciativa" dentro do processo de transformação. Ao evoluírem, ou simplesmente se modificarem, elas exigem a necessidade do surgimento de novas relações de produção a ritmos previamente imprevisíveis, assim como o período de tempo em que as mesmas estarão plenamente constituídas. As relações de produção, assim transformadas, determinam, então, uma nova base econômica (infraestrutura) e, por conseguinte, em última instância, um novo modo de produção.

De acordo com o marxista e revolucionário russo Evgen Preobrazhensky, procurando sintetizar o significado desse método interpretativo da evolução histórica, "(...) *O método do materialismo histórico é essencialmente um método de pesquisa altamente abstrato pois, no complexo indivisível do organismo social - onde as relações diretas do processo de produção se misturam muito estreitamente ao que se convencionou chamar, na terminologia marxista, 'de superestrutura' - o marxismo começa a análise a partir do centro evolutivo de todas as modificações e de todo o movimento, quer dizer, a partir da economia, separando-a de todo o resto, num momento determinado do estudo, pela força da abstração*".³

E, antes de tudo, tomando o materialismo histórico por seu substrato estritamente teórico-abstrato, sem considerar diretamente as sociedades como concretudes particulares, recorrendo-se ao historiador inglês contemporâneo Eric Hobsbawm, verificamos que "(...) *A teoria geral do materialismo histórico requer apenas a existência de uma sucessão de modos de produção, e não a existência de modos específicos, nem que haja uma ordem pré-determinada para esta sucessão.* (...)".⁴

Mas, no plano da existência histórica concreta, ao examinar-se a história realizada, conclui-se que **algumas** diferentes sociedades humanas, no que

³ PREOBRAZHENSKY, Evgen. *A nova econômica*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979, p. 52.

⁴ HOBBSAWM, Eric, J. *Introdução*. In MARX, Karl. *Formações econômicas pré-capitalistas*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977, p. 22.

concerne às formas e os meios de produzir, estão "interligadas" entre si por meio de um processo de transformação no qual se destaca uma determinada "sucessão" de umas por outras. Quer dizer, a história realizada nos indica uma determinada linha de evolução com modos de produção particulares sucedendo outros que se apresentam como seus precursores.

Em vista disso deve ser observado com muito destaque que o traço fundamental desse processo é a *dialética* presente na transformação das relações de produção. Tendo em vista um modo de produção particular, este conhece sua existência, enquanto gênese, ainda quando o modo de produção precedente permanece existindo. Assim, as novas relações de produção não surgem unilateralmente e "exteriormente" a um determinado modo de produção, mas sim, elas só podem nascer dentro de um modo de produção que esteja em funcionamento.

Seria com base na constatação dessa dialética que Marx faria sua célebre argumentação a respeito da sucessão histórica no **Prefácio** à *Contribuição à crítica da economia política*, e que acabou tornando-se um clichê entre os marxistas:

"(...) na produção social da sua vida, os homens contraem determinadas relações necessárias e independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a uma determinada fase de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. O conjunto dessas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta a superestrutura jurídica e política e à qual correspondem determinadas formas de consciência social. O modo de produção da vida material condiciona o processo da vida social, política e espiritual em geral. Não é a consciência do homem que determina o seu ser, mas, pelo contrário, o seu ser social é que determina a sua consciência.

*Ao chegar a uma determinada fase de desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade se chocam com as relações de produção existentes, ou, o que não é senão a sua expressão jurídica, com as relações de propriedade dentro das quais se desenvolveram até ali. De formas de desenvolvimento das forças produtivas, esta relações se convertem em obstáculos a elas. E se abre, assim, um época de revolução social. Ao mudar a base econômica, revoluciona-se, mas ou menos rapidamente, toda a imensa superestrutura erigida sobre ela. (...) **Nenhuma formação social desaparece antes que se desenvolvam todas as forças produtivas que ela contém, e jamais aparecem relações de produção novas e mais altas antes de amadurecerem no seio da própria sociedade antiga as condições materiais para a sua existência (...).**"⁵*

⁵ In MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *Textos*. Alfa-Ômega, No. 3, s/d, pp. 301-302. Grifos meus.

É muito importante para os propósitos deste estudo assinalar que estas últimas linhas desenvolvidas por Marx para, à guisa de síntese, explicar as condições que presidem o aparecimento e afirmação de um novo modo de produção, ou um novo tipo de sociedade, foram tomadas não poucas vezes pelos marxistas de forma generalizante e mecânica. Em que pese uma ausência de explicitude nestas palavras de Marx, na verdade, deve ser esclarecido que as mesmas não foram derivadas da observação "(...) *de um país considerado isoladamente, mas de uma seqüência de estruturas sociais universalizadas (escravidão, medievalismo, capitalismo)*".⁶ Então, constata-se muitas vezes a inversão do ponto de partida metodológico e, por conseguinte, verifica-se que o conceito de modo de produção, ou sua extensão analítica, o significado de formação social, foi, na maioria das vezes, confundido com o conceito de **nação/país**.

Assim, se a humanidade ingressara na ordem capitalista tendo como porta de entrada alguns países que se apresentaram como seus pioneiros, os demais deveriam obrigatoriamente seguir rigorosamente o mesmo caminho.

Enxergava-se uma lei de ferro independentemente dos fatos que apontavam que o novo modo de produção, enquanto forma organizativa da produção social, já se disseminara e predominava sobre o conjunto dos seres humanos a partir de determinada época.

Nesse sentido, para fazer juz às palavras de Marx, a formação social capitalista deveria ser identificada como um *sistema*, reunindo o conjunto das nações em seu interior, ainda que nem todas pudessem ser consideradas como países capitalistas. Procedendo-se dessa maneira evita-se o risco de vincular o conceito de modo de produção, sobretudo em se tratando da sociedade vinda à luz historicamente, às divisões geográficas estabelecidas entre os seres humanos. Explicando melhor, quer-se dizer que, uma vez que o capitalismo tenha se concretizado em seus traços definitivos em um determinado número de países até uma certa data, a partir daí o novo país que passasse a conhecer as novas relações de produção dentro de si próprio só estaria tomando conhecimento de algo já dominado historicamente. Não tratar-se-ia, nesta situação, da reprodução da "construção" histórica do modo de produção, mas sim da inserção histórica deste país em um modo de produção já existente com todas as manifestações previsíveis relativas a um processo que se tornara universal.

⁶ TROTSKY, Leon. *A história da revolução russa*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977, vol. 3, p. 1009.

A propósito, para precisar o *sistema capitalista de produção* seria necessário reconhecer que, atingidos determinados limites, as leis capitalistas de produção passaram a determinar a vida do conjunto dos países/nações. Não resta dúvida que, completada a primeira metade do século XIX, embora grande número de países ainda permanecesse sob condições pré-capitalistas, todas as transformações que ocorreriam na fisionomia e estrutura dos mesmos daí para a frente seriam determinadas pelas relações capitalistas de produção tendo como fonte irradiadora aquelas nações que se apresentavam como as novas potências mundiais. Vale lembrar a posição assumida pela Inglaterra como o novo centro do mundo e sua ação agressiva, chamada imperialista pelos marxistas, além fronteiras em busca de novos mercados e fontes de matérias-primas para viabilizar a concentração e centralização ampliada interna de seu capital.

Se o marxismo conceituara, já na segunda metade do século XIX, o capitalismo como um modo de produção de abrangência mundial, a vertiginosa expansão da sociedade burguesa até o final do século o obrigaria a caracterizá-lo sob outras condições. E partindo-se dos fatos, isto implicaria que ao iniciar-se o século XX tornara-se indispensável incorporar à atualização do marxismo o reconhecimento de que a formação social capitalista atingira sua plenitude, ou, em outras palavras, alcançara o desenvolvimento pleno de suas formas sociais determinantes, como, a saber, a propriedade privada dos meios de produção, o trabalho livre assalariado, o dinheiro e as relações de troca de valores-mercadorias na forma de um *mercado mundial*. A categoria *imperialismo* é definitivamente incorporada ao arcabouço marxista de caracterização do capitalismo, o que implicaria na afirmação de que o mesmo teria atingido sua *fase superior*.

Vistas dessa maneira, as condições que possibilitam o surgimento do socialismo a partir do modo de produção capitalista resultam no requisito de observar-se este último enquanto uma formação social plenamente presente e dominante entre os seres humanos, o que é possível não em termos de uma postura metodológica que vê os países isoladamente, já que o capitalismo manifesta-se, após cumpridas certas condições, enquanto uma *totalidade* e não como um somatório de diversos países. Se se concordasse que o capitalismo só poderia ser reconhecido em âmbito mundial quando um determinado requisito quantitativo estivesse cumprido, isto é, quando um determinado número de países adentrasse integralmente ao universo burguês, então seria forçoso admitir que nas primeiras décadas do século XX o mercado mundial capitalista ainda inexistiria, dado que um grande número de países permaneciam como colônias das grandes potências e

vários outros que tinham adquirido independência política formal ainda engatinhavam internamente no meio burguês.

Isto posto, é importante alertar que o materialismo histórico desdobra-se em duas facetas no estudo e interpretação do capitalismo. Por um lado, apresenta-se como ferramenta para o entendimento do longo processo que desaguou na sociedade burguesa, e por outro, orienta-nos para a compreensão desse modo de produção em si mesmo. De maneira que, no que concerne ao segundo aspecto, relativamente ao movimento econômico, como o faz em sua obra seminal *O capital*, Marx parte do plano abstrato construindo categorias que dão margem à elaboração de um modelo de capitalismo "puro". Depois progride para a análise do capitalismo concreto, procedimento que exige o reconhecimento da manifestação da *transmutação* daquelas categorias abstratas em categorias concretas. Por exemplo, o conceito de "preço" como expressão do valor de troca, do tempo de trabalho socialmente necessário: no capitalismo concreto este preço expressa-se como "preço de produção" que, como forma de manifestação da lei do valor, transforma-se no mecanismo que permite a distribuição da mais-valia pelo conjunto da economia com o propósito de garantir a reprodução do sistema.

Logo, ao interpretar o modo de produção capitalista no sentido de suas partes constitutivas, este arcabouço metodológico indica que, uma vez construído o modelo puro, deve-se derivar para a concretude constatando-se, então, a coexistência de relações de produção de tempos históricos distintos, capitalistas e pré-capitalistas, evidentemente com a predominância das primeiras.

De modo que, quer-se afirmar aqui, o advento do socialismo insere-se neste processo revelado pelo materialismo histórico, situando-se historicamente, porém, como uma sociedade que procede do capitalismo enquanto formação social que desenvolve as forças produtivas em um grau suficiente para colocar na ordem-do-dia, para toda a humanidade, o novo modo de produção:

"(...) As relações burguesas de produção constituem a última forma antagônica do processo social de produção, antagônicas não em um sentido individual, mas de um antagonismo nascente das condições sociais de vida dos indivíduos; contudo, as forças produtivas que se encontram em desenvolvimento no seio da sociedade burguesa criam ao mesmo tempo as condições materiais para a solução deste antagonismo. Dai que com esta formação social se encerra a pré-história da sociedade humana".⁷

⁷ MARX, Karl. *Prefácio a Para a crítica da economia política*. In MARX, K. *Marx*. São Paulo, Nova Cultural, 1987, Vol. I, p. 30.

A leitura que deve ser efetuada a partir dessas palavras de Marx indica a concordância com a interpretação de que as forças produtivas, em seu desenvolvimento a partir do capitalismo, ao tempo em que passam a exigir novas relações de produção que se adequem à sua vocação cada vez mais social, produzem também o fator social capaz de, no plano superestrutural, quer dizer, político, apresentar-se como a força revolucionária condutora dessa transformação. O proletariado, dadas certas condições, aparece como a pré-condição social mais importante para o advento do socialismo. Localizando-se como uma das duas grandes classes fundamentais no capitalismo, mas objetivamente em oposição à burguesia, encerra em si a "(...) *cooperação e a solidariedade generalizadas em lugar de todas as formas de comportamento e motivação associadas à propriedade privada e à competição. (...)*".⁸

Materialmente, um determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas e, relacionado a isso, socialmente, a formação do proletariado em igualdade de condições. São expressões, na esfera da objetividade, exigidas para a passagem ao socialismo que coincidem com o desenvolvimento do capitalismo industrial. Contudo, entendendo o capitalismo como um sistema constituído mundialmente, tendo a indústria altamente desenvolvida e o proletariado que lhe é inerente uma vez surgidos nos países centrais, torna-se automaticamente obrigatória a tendência à reprodução dessas características nos países onde as relações pré-capitalistas dominam.

Acontece que, bem entendido, avaliando-se que o capitalismo deva ser interpretado metodologicamente como um modo de produção que coincide com um sistema estabelecido de acordo com o movimento histórico acima descrito, deduz-se implicitamente que sua marca fundamental é a *desigualdade* entre as várias unidades nacionais que o compõe. Desigualdade *combinada* que se revela como um quadro capitalista permeado pela heterogeneidade determinada pela hierarquização entre forças nacionais dominantes e dominadas e por uma escala entre centros e periferias. Mesmo assim, são corpos de uma mesma estrutura, já que todos se interrelacionam obrigatoriamente dentro do mecanismo representado pelas leis do mercado operando internacionalmente, isto é, no plano de um mercado mundial. De tal sorte que, mesmo se manifestando a enorme diferença entre o grau de desenvolvimento econômico entre os vários países, sem sombra de dúvidas trata-se de um *sistema completo*. Em outras palavras, apresenta-se como um sistema historicamente acabado, que se reproduz dentro de si mesmo preservando essa desigualdade indispensável a sua sobrevivência.

⁸ MANDEL, Ernest. *Trotsky: um estudo da dinâmica do seu pensamento*. Rio de Janeiro, Zahar, 1980, p. 22.

De sorte que a história mostrava com nitidez que aquela evolução pela qual tinha passado os países capitalistas pioneiros, conforme explicava o esquema marxista, tinha sido colocada de ponta-cabeça, podendo-se, portanto, extrair disso que aquela trajetória seguida pelos países avançados não mais poderia ser tomada pelos atrasados como a "imagem de seu próprio futuro". Com o imperialismo surgia um bloqueio de dimensões quase intransponíveis para uma ampla modernização e industrialização nos chamados países subdesenvolvidos.⁹ Neste novo período que se abria para o capitalismo uma dinâmica de desenvolvimento contraditória se instalava: os países imperialistas podiam crescer organicamente apenas em função de sua própria expansão nos países dependentes (colônias e semi-colônias). Ao mesmo tempo, a consolidação desse subdesenvolvimento passava a ser uma restrição para o desenvolvimento futuro desses países centrais. Então, chegado ao seu limite, a expansão de um país imperialista passaria a ter como norma a ocupação dos espaços pertencentes a outros países de natureza semelhante, procedimento que resultaria numa luta incessante pela divisão do mercado mundial cuja conseqüência trágica seria a transformação do século XX em um palco permanente de conflitos, guerras e revoluções.¹⁰

Ao contrário dessa leitura, predominou uma conclusão baseada num determinismo econômico que, negando a dialética do método de Marx, afirmava que o socialismo só poderia surgir de um misterioso "colapso final" do sistema capitalista. A fé inabalável no advento do colapso, evidentemente, estava associada a uma restrição fundamental, qual seja, a de que, partindo do pressuposto que o socialismo só poderia ter seu ponto de partida num país capitalista desenvolvido, se verificasse uma indispensável *homogeneização* entre todos os países que compunham o sistema, o que, certamente, negava a possibilidade de que o novo modo de produção pudesse iniciar-se num país relativamente atrasado. Faltava ao marxismo, no início do século XX, uma atualização de apreensão analítica da evolução alcançada pelo capitalismo até aquele momento. Só assim, inscritas na moldura representada pelo mapeamento do capitalismo em seu desenvolvimento pleno, as palavras de Marx passariam a ter sentido, ao tempo em que o processo da *revolução proletária (socialista) internacional* passaria a ser compreendido distintamente da natureza daquele processo que se consolidara como a *revolução burguesa mundial*.

⁹ MANDEL, Ernest. *Trotsky como alternativa*. São Paulo, Xamã, 1995, p. 22.

¹⁰ *Idem*, p. 22

1.2 DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA E DESENVOLVIMENTO TEÓRICO

Quando Marx e Engels fixaram a meta imprescindível de fazerem do capitalismo seu objeto primordial de estudo, ao mesmo tempo, pelas observações que puderam efetuar como espectadores privilegiados de um processo ainda inacabado, já foi possível avançar em perspectiva o futuro, para eles, objetivamente necessário a ser perseguido pela humanidade. Em consequência, como parte inseparável daquele estudo, viram-se diante da contingência de refletirem a respeito da revolução proletária como condição obrigatória para a implantação do socialismo. E, também, integrando essa avaliação, considerando o mundo burguês ao final da primeira metade do século XIX, constataram que as premissas objetivas para o socialismo estavam colocadas, muito embora a burguesia não houvesse completado seus fins históricos e o proletariado ainda fosse incapaz de assegurar o poder em suas mãos como bem demonstraram os acontecimentos da Revolução de 1848 na Alemanha e, mais tarde, em 1871, quando da tentativa de consolidação da Comuna de Paris.

Mas, se avançarmos no tempo e procurarmos pontos de contato entre os fundadores do marxismo e seus seguidores a respeito da revolução proletária, pode-se observar que enquanto Marx e Engels empreenderam acerca da mesma sobretudo um esforço reflexivo, iniciativa ocorrida nos espaços políticos por eles vividos entre 1848 e o final do século XIX, por outro lado, para os revolucionários russos, no início do século XX, tratava-se de ultrapassar a etapa da reflexão para enfrentar a possibilidade concreta da mesma revolução. Ainda assim, a bem da verdade, em 1848 já era perceptível a antecipação de um quadro que se cristalizaria no futuro não muito longínquo. A burguesia se consolidava em um determinado núcleo de países ao mesmo tempo que em outros ela se mantinha relativamente incipiente e impotente para conduzir até o seu final as ações que confirmariam um regime econômico-político eminentemente capitalista. Era o caso particular e significativo da situação da Alemanha em 1848: a incapacidade revolucionária da burguesia alemã precipitava, mesmo em condições incompletas, a possibilidade de realização da revolução proletária como medida solucionadora das tarefas que esta burguesia procurava ainda levar adiante, embora, neste caso, de forma incompleta.

No início do século XX essas diferenciações acentuadas pela premência de realização das tarefas típicas da revolução burguesa e a ausência de uma burguesia capaz de realizá-las ressurgiram com grande ênfase na Rússia. Tratava-se, no caso russo, do aparecimento de condições "estruturais" semelhantes às da Alemanha de 1848. Esta semelhança consistia no fato de que nos dois países, em tempos distintos, suas "burguesias" nacionais viram-se em grande dificuldade para assumir definitivamente a condição de classe dominante diante de um proletariado que se alçava a uma ameaçadora posição de importância social e organização política. Todavia, na situação alemã, uma classe social, dominante por sua vocação histórica, representativa de um modo de produção que se assentava historicamente por intermédio do processo revolucionário burguês ainda em **ascensão** no plano mundial, encontrava dificuldades para conquistar o seu lugar estrutural no plano nacional, sem entretanto deixar de fazê-lo mais tarde, enquanto que na Rússia, nas duas primeiras décadas do século XX, a revolução burguesa mundial encontrava-se em seu **declínio**, implicando que agora, no plano internacional, a revolução proletária passava a reunir as condições para expandir-se. Assim, como parte desse novo cenário, havia simultaneamente uma grande diferença e esta resultava de uma situação em que "(...) *a atualidade mundial da revolução proletária devia impedir a burguesia russa de constituir-se em uma classe politicamente forte sobre a base de um desenvolvimento tardio, embora rápido e impressionante, das forças produtivas e criar um proletariado que, ao contrário da classe operária de 48, apresentava-se capaz de se adiantar à burguesia no cumprimento de suas tarefas históricas.* (...)"¹¹

Pode-se inferir, conseqüentemente, como será melhor discutido mais adiante, que participava intrinsecamente desse processo uma relação positiva entre o desenvolvimento material do capitalismo, o crescimento extensivo da acumulação do capital, e a expansão exponencial da revolução mundial burguesa. Uma vez estabelecidos os limites do mercado mundial e do sistema capitalista internacional, esta mesma relação trataria de reverter o curso revolucionário burguês, conduzindo-o numa inflexão para baixo ao tempo em que trazia à luz o amadurecimento das condições favoráveis à revolução proletária internacional.

Nesta altura do desenvolvimento histórico, ou seja, tendo-se em mente a trajetória das revoluções burguesas e a evolução econômica do capitalismo já constituído é possível argumentar que se consolidara no interior do marxismo uma ambigüidade referente à interpretação das posições teóricas e práticas quanto ao tempo histórico adequado para a realização da revolução proletária. Contribuiu para a perenidade desse posicionamento a presença de uma "desigualdade" no "modelo"

¹¹ BROSSAT, Alain. *El pensamiento político del joven Trotsky en los orígenes de la revolución permanente*. México, Siglo Veintiuno, 1976. p. 9.

de Marx e Engels - a qual deve ser admitida como conscientemente inserida pelos próprios autores por consequência das exigências metodológicas analíticas - no tocante à transição entre a consolidação do capitalismo e o surgimento das perspectivas da revolução proletária. Essa desigualdade está presente, e resulta imprescindível, numa determinada instância da análise, a saber, naquela que se reporta ao posicionamento histórico, na linha sucessória, dos dois diferentes modos de produção em questão. Por outro lado, em outra instância da análise, dissecando o corpo do capitalismo como um modo de produção constituído, notadamente no que se refere às suas leis econômicas, Marx e Engels concluíram pela possibilidade de sua substituição prática pelo socialismo. Daí que, tendo isso em mente, para a teorização da passagem ao novo modo de produção a partir do capitalismo, um entendimento analítico preliminar advindo do materialismo histórico deveria enfatizar o movimento em sí. Como não poderia deixar de ser, estaria de acordo com um modelo abstrato onde as etapas, **final do capitalismo e início do socialismo**, em suas componentes e requisitos históricos podem, mesmo que interligadas na realidade, ser definidas e separadas sem prejuízo da compreensão da lógica do movimento histórico.

Interpretando equivocadamente este modelo os próprios marxistas transportaram esta separação - concebida originariamente de forma deliberada para ser tratada na esfera teórica - para o terreno da prática, isto é, quando da transformação do modelo abstrato, puro, em um modelo concreto, portador dos critérios justificadores de realização da revolução socialista, onde os elementos políticos estariam presentes em posição de grande importância. As raízes desse equívoco, por sua vez, certamente estão relacionadas à insistência em igualar o modo de produção capitalista ao restrito conceito de "país", quando o mais adequado seria compreendê-lo conforme um sistema, na mesma linha da discussão estabelecida na seção anterior. Como uma componente, implicitamente, encontra-se aqui o ponto de vista reducionista que vislumbra a revolução socialista somente concernida ao espaço nacional, conclusão que conduz ao suposto pré-requisito de que esta condição só poderia ser atingida por um país capitalista desenvolvido. É um desconhecimento do significado da *revolução proletária* como fenômeno e evento prático estabelecedor do socialismo como um modo de produção revelador de uma nova etapa histórica a ser alcançada pela humanidade e não apenas por um ou outro país.

Com isto passara a prevalecer dois níveis relativamente desiguais, um correspondente ao discurso "teórico" e outro relativo ao discurso "político prático", implicando que este último seria aquele que se adequava à realidade. Provavelmente condicionados por uma análise insuficiente da evolução do

capitalismo, quando se apresentaram as primeiras possibilidades efetivas da revolução proletária com desfecho positivo, os marxistas ainda insistiam em separar aqueles dois discursos, dado que imperava um mecanicismo na interpretação da relação entre o político e o econômico.¹²

Esta leitura confusa, transformada em comportamento político, predominaria sem maiores objeções no período compreendido entre o surgimento da II Internacional (1889) e os primeiros anos do século XX, até que se tornou possível avaliar a realização da revolução proletária num patamar teórico, pode-se dizer, qualitativamente superior. A bem da verdade, porém, há que se reconhecer que a evolução teórica em questão só foi possível em consequência da revelação proporcionada pela própria evolução histórica do capitalismo, quando então se tornou premente para a atividade revolucionária, no plano da ação, a superação daquele verdadeiro ponto de estrangulamento. Por essa razão, se avalia que o marxismo teve que ir em busca de uma atualização teórica visando dirimir a ambiguidade acima discutida.

É neste lugar que deve ser inscrita a contribuição de Leon Trotsky e sua *teoria da revolução permanente*. Elaborada com o propósito de justificar a atribuição do caráter proletário à Revolução Russa em gestação desde os princípios dos anos 1900, acabou por responder positivamente a uma indagação que se tornava dramática para os marxistas naqueles anos, qual seja, a da possibilidade de realização da revolução proletária nos países marcados pelo atraso. Localizado o núcleo central da teoria de Trotsky, torna-se possível concordar com a argumentação de Baruch Knei-Paz que utiliza o sinônimo de *revolução do atraso* para caracterizá-la no interior do arcabouço marxista: "(...) somente a Trotski - pelo menos a posteriori - pode ser reconhecido o mérito de ter desenvolvido aquela que é a mais aprofundada e (sob muitos aspectos) convincente análise teórica, e fornecido a explicação, de um fenômeno histórico contemporâneo. Trata-se da 'revolução do atraso' (...). Neste seu trabalho, ele conseguiu mais do que qualquer outro, reelaborar e ampliar alguns axiomas do pensamento marxista, de modo a formular uma teoria da revolução socialista aplicável, de modo específico, às sociedades atrasadas. (...)"¹³

O ponto de partida da inovação teórica tem por base, obrigatoriamente, uma necessária mudança de perspectiva relativamente ao conceito de *revolução mundial*, o qual, por conseguinte, no início do século XX, resulta da atualização da

¹² Idem, pp. 10-11.

¹³ KNEI-PAZ, Baruch. *Trotsky: revolução permanente e revolução do atraso*. In HOBBSAWM, Eric, J. et alii, *História do marxismo*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, Vol. V, 1985. pp. 159-196.

qualidade do capitalismo enquanto uma totalidade. Neste sentido, se a realidade imediata que inspirava Trotsky aparecia por intermédio das características inerentes à situação russa, ao mesmo tempo deve-se ter em conta que não foram essas particularidades, mas sim "o ponto de vista da totalidade do modo de produção capitalista mundial e do campo político burguês" que permitiu a ele "compreender a particularidade do paradoxo russo".¹⁴

Comentando a respeito das posições predominantes entre os revolucionários russos e as novas elaborações introduzidas por Trotsky, Brossat faz as seguintes observações de grande relevância para o estudo que ora se realiza:

*"(...) Desfazendo a concepção marxista 'preguiçosa' - mecanicista 'darwiniana', diria Labriola -, cujo porta-voz mais destacado em sua época era Plekhanov (segundo o qual a Rússia dos princípios do século XX, devido ao nível de desenvolvimento de suas forças produtivas, não podia propor mais que os problemas que estava em condições de resolver, quer dizer, os da revolução burguesa), Trotsky mostrou como, ao contrário, a revolução proletária era possível na Rússia, situando-se desde o ponto de vista da totalidade do sistema burguês mundial. Assim, punha em relêvo como - em uma época em que a revolução burguesa tinha realizado globalmente seus fins históricos e o sistema burguês tal como estava estruturado politicamente a escala internacional constituía uma trava ao crescimento das forças produtivas - se instaura uma **relativa autonomia do campo político** a nível do planeta, que invalida para sempre a maneira marxista vulgar de raciocinar mecanicamente sobre o curso da revolução em termos de totalidades isoladas, no marco dos Estados nacionais, pela simples aplicação de um modelo histórico universal supostamente infalível. (...)."*¹⁵

Em vista da constatação de que só ao iniciar-se o século XX a revolução burguesa tinha cumprido integralmente seus objetivos históricos, pode-se argumentar que Marx e Engels não dispunham dos elementos que permitiriam-lhes a elaboração da estratégia da revolução proletária mundial. Em face dos desdobramentos históricos à sua época eles se preocuparam primordialmente em compreender e analisar as conseqüências da revolução mundial **burguesa**. Em consonância com isso, se justificava, então, a impossibilidade de unificação de um campo político de sustentação da revolução proletária. Este campo concretizar-se-ia quando, sob certas circunstâncias, se consolidasse um determinado número de países que tivessem adentrado ao capitalismo; e, simultaneamente, diante desta consolidação, novos países que comesçassem a enfrentar a experiência burguesa

¹⁴ Brossat, 1976, op. cit., pp. 11-12.

¹⁵ Ídem, p. 11. Grifos no original.

não veriam despontar uma burguesia nacional em condições de empalmar a direção do processo tal qual acontecera nos chamados países pioneiros.

A despeito da ausência dos elementos históricos suficientes relativamente ao desenvolvimento do capitalismo que teriam permitido a Marx e Engels se preocuparem mais diretamente com a estratégia da revolução proletária, é da maior relevância indicar que os mesmos tiveram a oportunidade de discutir e considerar embrionariamente o desfecho teórico a que chegaria Trotsky vários anos depois. E esta oportunidade, coincidentemente ou não, surgiu quando se depararam com a questão particular da Rússia na segunda metade do século XIX.

Pela primeira vez, com o aparecimento de um importante movimento revolucionário na Rússia a partir de meados de 1850, os *narodniks*, ou os também chamados *populistas russos*, foi colocada concretamente a questão da possibilidade de um país atrasado chegar ao socialismo. Os *narodniks* discutiram exaustivamente, e militaram romanticamente por sua aplicação, durante as últimas cinco décadas do século XIX o projeto de um "socialismo russo" centrado nas comunas rurais de origem feudal que prevaleciam no país naquele período. Esta alternativa, por certo, representava a negação da passagem do país pela via capitalista antes de alcançar o socialismo. Em suas muitas discussões que travaram com os *narodniks*, Marx e Engels tiveram posições ambíguas a esse respeito, mas em algumas delas explicitaram claramente que a possibilidade da passagem direta ao socialismo seria possível desde que fossem observadas determinadas ressalvas, sendo a mais importante a eclosão simultânea da revolução na Europa Ocidental.¹⁶ A esse respeito, em 1885, portanto 2 anos após a morte de Marx, Engels diria numa carta a Vera Zasulich, antiga *narodnik* e uma das primeiras integrantes do pioneiro núcleo marxista russo, duvidando da possibilidade de sustentação de uma revolução socialista na Rússia, postulando por uma continuidade no exterior, que "(...)para mim o importante é que o impulso seja dado na Rússia, que estoure a revolução. Se é esta ou aquela fração que dá o sinal, se ocorre esta ou aquela bandeira, para mim é de pouca relevância (...)".¹⁷

No entanto, essa posição não seria sustentada mais tarde, entre 1890 e 1895, quando se consolidou a formação do grupo de marxistas russos e a consequente cisão com os *narodniks* em torno das possibilidades revolucionárias

¹⁶ Uma visão abrangente e de excelente qualidade a respeito da história do movimento revolucionário russo em seus primórdios e das polêmicas e controvérsias entre os *narodniks* e os fundadores do marxismo é apresentada na *Introdução* da coletânea *Dilemas do socialismo: a controvérsia entre Marx, Engels e os Populistas Russos* por Rubem César Fernandes (org.), Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982. Ver neste mesmo livro a posição de Marx e Engels corroborando a possibilidade acima descrita no *Prefácio* da edição russa de 1882 do *Manifesto comunista*.

¹⁷ In FERNANDES, Rubem C., 1982, op. cit., p. 203.

para o país. Nesta nova oportunidade Engels passaria a desconhecer condições na comuna rural de transformar-se em base social da revolução socialista e apontaria que apenas o caminho inverso, isto é, a revolução deflagrada pioneiramente no ocidente poderia conferir este estatuto à comuna russa.¹⁸

Vê-se assim que restando pouco anos para o final do século XIX as "confusões" dos fundadores do socialismo científico perduravam, da mesma maneira que permanecia a ausência de definição no que respeita à elaboração integral da teoria da revolução socialista. Em concordância com a avaliação que credita à evolução incompleta dos fatos históricos semelhante ambiguidade Fernandes nos diz: "*(...) como avaliar esta variação nas opiniões de Marx e Engels sobre as perspectivas do movimento socialista na Rússia? Não se pode evitar uma certa curiosidade pelas previsões futuristas dos fundadores do marxismo. Mas a menos que se confunda a ciência política com uma bola de cristal, pouco se pode concluir deste tipo de questionamento. Se o que está em jogo é uma alteração das opiniões à medida em que novos acontecimentos modificam o quadro político ao longo do tempo, como cobrar de Marx e Engels a consideração de acontecimentos que vieram a acontecer depois do seu tempo? (...)*".¹⁹

A consolidação do marxismo russo, porém, foi acompanhada pela generalização da opinião que pregava a impossibilidade da passagem direta ao socialismo. Entretanto, este ponto de vista era reforçado pela argumentação de que mesmo com a revolução no ocidente seria indispensável preservar o desenvolvimento etapista. Também passava a ser colocada como condição necessária e suficiente, em qualquer circunstância, o estabelecimento do capitalismo russo como etapa preliminar ao advento do socialismo. Constatava-se dessa maneira que no início do novo século, mesmo diante da rápida introdução do capitalismo naquele país, configurando, então, em poucos anos, uma nova situação concreta e particular do desenvolvimento do capitalismo, isto é, a reunião do grande atraso com novos ramos econômicos dos mais modernos, o marxismo russo (e o da II Internacional) tinha dificuldade de mover-se além de sua posição ortodoxa. Qual seja, o capitalismo russo deveria ser desenvolvido até o fim como pré-condição para a realização da revolução proletária.

No apagar das luzes do século XIX o capitalismo dava evidentes sinais de que atingira um patamar superior. Pode-se dizer que naquela altura se completara a formação do mercado mundial e as categorias do capital estavam definitivamente constituídas. Mas, a finalização da constituição das mesmas ao mesmo tempo

¹⁸ Idem, p. 47.

¹⁹ Ibidem, p. 43.

implicava o entrelaçamento indispensável, num plano mais elevado, do capital industrial, do capital bancário e do capital comercial. Em vista disso, a centralização do capital passava a exigir a conformação de unidades produtivas em escala bem mais elevada, impulsionadas por grupos econômicos que traduziam de maneira prática o requisito da união das categorias do capital também no plano da propriedade. No processo da reprodução ampliada a concorrência atomizada clássica perdia espaço rapidamente para o monopólio. Surgiam as grandes empresas transnacionais e a intervenção estatal tornava-se mais intensa no sentido da viabilização da acumulação interna. Para os países centrais, mais do que nunca, o espaço econômico internacional torna-se de vital importância para a reprodução do seu capital nacional.

Dentro deste processo, a introdução acelerada do capitalismo na Rússia, conformando, então, determinadas especificidades, era uma comprovação de que a expansão capitalista daí para frente poderia muito bem realizar-se sem o recurso à revolução burguesa como evento indispensável ao assentamento da modernidade capitalista em escala mais ampla. Como resultado do esgotamento da revolução burguesa clássica, a Rússia veria surgir, com a introdução do capitalismo, o nascimento de um proletariado relativamente muito mais conseqüente, ao invés de uma burguesia forte, quanto à possibilidade de postular e reter o poder político. O caráter *permanente* da revolução russa estava situado nesta combinação da revolução burguesa com a revolução proletária na medida em que o proletariado poderia assumir as tarefas da burguesia, não se detendo na satisfação destas, mas, pelo contrário, avançando na satisfação das tarefas socialistas. Contudo, no plano da teorização, essa condição ainda seria insuficiente para que o socialismo de fato se realizasse naquele país de capitalismo atrasado. Seria ainda necessário observar a ocorrência de outras variáveis.

Se reafirmarmos que até o século XIX aconteceram as revoluções burguesas nacionais isoladas, torna-se possível concordar com a afirmação de Brossat de que Marx e Engels não teriam incorrido em erro se raciocinassem, concebendo estrategicamente a revolução burguesa, em termos de "etapas". Observando que a revolução burguesa não tinha esgotado todas as suas possibilidades, então, seria correto esperar que outros países devessem passar por uma etapa capitalista antes que as condições adequadas ao socialismo se apresentassem. Todavia, a finalização da revolução burguesa seguida pelo ingresso do capitalismo na era imperialista trouxe ao mesmo tempo o amadurecimento das primeiras possibilidades da revolução proletária em escala mundial, questão que, em termos temporais, não poderia ser antecipada por Marx e Engels quando raciocinavam a revolução burguesa e a centralização do capital sem como premissa para o socialismo

Mesmo assim, Trotsky desenvolve sua teoria da revolução permanente a partir da formulação pioneira apresentada por Marx e Engels contida na *Mensagem do Comitê Central à Liga dos Comunistas*. Escrito em 1850, este documento contém uma análise da situação revolucionária da Alemanha em 1848.²⁰ Naquele ano o centro revolucionário burguês encontrava-se no país germânico depois de permanecer localizado por longo tempo na França a partir de 1789. Entretanto, diferentemente do que ocorrera entre os franceses, a burguesia alemã não conseguiu reunir forças suficientes para complementar a instalação de seu regime. Ao contrário, porém, as chamadas massas plebéias já não eram mais tão difusas e amorfas, observando-se o delineamento das verdadeiras classes trabalhadoras assalariadas. Embora se opusesse ao patronato naquela oportunidade, assim como à monarquia, esses trabalhadores, no entanto, também não tinham força suficiente para se imporem como poder político dominante. Assim, nas esferas distintas das duas classes, burguesia e proletariado, não se constituiu a direção política necessária para a realização da revolução burguesa, por um lado, e da revolução proletária por outro lado.²¹

Naquele documento a preocupação central era a de exortar os trabalhadores alemães a constituírem suas formas de organização - partido, milícias e comitês - com o objetivo de transformarem a revolução contra a monarquia prussiana, que a princípio caracterizava-se como uma revolução burguesa, em uma revolução em cujo desfecho deveria estar a conquista do poder pelas classes trabalhadoras e, conseqüentemente, a instalação de um poder proletário. Além do mais, era inscrita ali uma consigna que apareceria de maneira errática em posicionamentos posteriores, qual seja, o conceito da revolução proletária mundial. Os dois dirigentes da I Internacional afirmavam que a revolução alemã deveria ser tomada como o ponto de partida de uma revolução proletária internacional. Na *Mensagem do Comitê Central à Liga dos Comunistas* Marx e Engels diriam que:

*"(...) enquanto os pequenos burgueses democratas querem concluir a revolução o mais rapidamente possível (...) os nossos interesses e as nossas tarefas consistem em tornar a revolução permanente até que seja eliminada a dominação das classes mais ou menos possuidoras, até que o proletariado conquiste o Poder do Estado, até que a associação dos proletários se desenvolva, não só num país, mas em todos os países predominantes do mundo, em proporções tais que pelo menos as forças produtivas decisivas estejam concentradas nas mãos do proletariado. (...)"*²²

²⁰ In MARX & ENGELS, s/d, pp. 83-92.

²¹ DEUTSCHER, Isaac. *Trotsky, o profeta armado*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984. pp. 159-170.

²² MARX & ENGELS, s/d, op. cit. p. 85. Grifo meu.

Conjugadamente a esse ponto de partida, outra fonte de inspiração bastante importante para Trotsky seria a decisiva influência de um intelectual marxista russo emigrado conhecido como Parvus (Alexander Israel Helphander), a quem conheceu em Munique em 1904. Escritor político brilhante, nesta época Parvus empreendia uma polêmica contra o revisionismo de Bernstein e neste ínterim fez ver a Trotsky a grande importância da categoria metodológica da *totalidade*.²³ Naquela oportunidade, motivado pela guerra russo-japonesa, Parvus adotaria uma posição inovadora dentro do marxismo ao concluir que o Estado-nação perdera seu brilho de forma acentuada. Incitava com isso os socialistas a ajustarem suas atitudes e políticas afirmando que uma excepcional interdependência se estabelecera entre as nações dentro de uma abrangência ampla, quer dizer, mundial. Para ele a guerra russo-japonesa surgia como o estopim de uma série de conflitos que estariam por vir em função do acirramento da concorrência entre os países capitalistas. Cada uma das nações isoladamente solicitava a maior abertura econômica possível nos outros países, mas para si próprias o protecionismo era um expediente defensivo contra a força dos fluxos econômicos que se movimentavam de fora para dentro orientados pela interdependência dentro de um mercado mundial: "(...) *as muralhas aduaneiras transformaram-se numa barreira econômica ao processo histórico de unificação das nações; aumentaram os conflitos entre os Estados...e aumentou o poder dos Estados e governos.... - quanto mais forte o poder dos governos, mais fácil é o choque armado entre os Estados*".

Como parte inerente desse processo novas características seriam adquiridas pelos países atrasados no contexto do desenvolvimento capitalista visto em sua nova integração mundial. E para a situação particular da Rússia, em vista do desenvolvimento específico das classes naquele país, Parvus afirmaria que o proletariado assumiria a condição de principal força política daquela sociedade: "*o processo mundial do desenvolvimento capitalista leva a uma **transformação política** na Rússia. Isso, por sua vez, deve ter seu impacto sobre o desenvolvimento de todos os países capitalistas. A Revolução Russa abalará o mundo burguês...E o proletariado russo bem pode desempenhar o papel de vanguarda da revolução social*".²⁴

A situação prognosticada por Parvus em consequência dessas peculiaridades do desenvolvimento histórico russo - por um lado, fraqueza da burguesia diante da tentativa de construir um projeto de um capitalismo nacional e,

²³ TRAVERSO, ENZO, *Le "prophète muet". Trotsky aujourd'hui*, In *Actual Marx* Nanterre, No 17 primeiro semestre 1995, p. 131

²⁴ ADOLF DEUTSCHER, 1934, op. cit., pp. 117-113

por outro lado, a projeção da classe operária a uma posição de força inédita - seria, como se vê, a transformação do proletariado em principal ameaça ao absolutismo czarista. A resultante de tal quadro político deveria ser a constituição de um governo operário em uma sociedade pré-capitalista. Contudo, também Parvus não conseguiu manter-se, apesar de sua inovação ousada, no campo da revolução proletária para a Rússia, ao desconsiderar, por fim, a instauração do socialismo afirmando que pensava somente "*na liquidação da autocracia e na instauração de uma república democrática*".²⁵ Aqui deve ser observado que inclusive Parvus, um dos principais inspiradores de Trotsky na elaboração da teoria da revolução permanente, não foge ao modelo etapista. De acordo com Mandel a grande diferença entre Trotsky e Parvus residia em que "*para Parvus, o 'governo dos trabalhadores' projetado para a Rússia permaneceria completamente confinado em um regime parlamentar burguês, similar ao governo trabalhista australiano deste período*".²⁶

Para dar sentido e consistência a uma inovação e se permitir contribuir para a ampliação dos tradicionais horizontes teóricos e políticos do marxismo, relativamente aos habituais diagnósticos histórico-políticos, vê-se, tratava-se ainda de uma concepção incompleta. Logo, ela seria retomada e desenvolvida por Trotsky imediatamente a seguir seguindo a trilha de um desfecho positivo nos marcos do socialismo. Ele não se deteria no estágio do período burguês ao se propor a desenvolver uma teoria que, por seu caráter *heterodoxo*,²⁷ poderia ser também chamada de *teoria do atraso*, visto ter em seu conteúdo uma argumentação coerente em favor da deflagração da revolução socialista nos países subdesenvolvidos.

Ao conformar-se a situação revolucionária de 1905 na Rússia, Trotsky extrai todas suas conclusões a respeito da certeza de que a revolução naquele país não ficaria circunscrita ao advento da etapa burguesa, mas se consolidaria, de fato, como uma revolução proletária, diferenciando-se assim, da maioria dos revolucionários marxistas russos que naquela época já se dividiam entre bolcheviques e mencheviques. Ao mesmo tempo os marxistas russos em seu conjunto retiraram poucas lições da fracassada revolução de 1905. Não ocorreu renovação significativa. A despeito das diferenças profundas entre estes dois agrupamentos no que diz respeito à interpretação da situação russa e à tática e estratégia revolucionárias, pode-se afirmar que havia uma concordância generalizada em torno do modelo de "duas fases", implicando necessariamente uma primeira "etapa" burguesa, a qual, segundo diferentes maneiras, deveria se seguir à iniciativa do

²⁵ Apud Knei-Paz, 1985, op. cit., p. 172.

²⁶ In MANDEL, 1995, op. cit., p. 33.

²⁷ LÖWY, Michael. *A revolução permanente: teoria ou profissão de fé?* In COGGIOLA, Osvaldo (org.). *Trotsky/hoje*. São Paulo, Ensaio, 1994, pp. 73-82.

proletariado em romper com a inaptidão da burguesia perante o projeto de expropriar o poder da monarquia e transformação da sociedade russa numa república liberal de acordo com o modelo clássico. E, ainda mais, esta avaliação cristalizou-se até 1917.

A implantação da democracia liberal como uma etapa capitalista a ser cumprida rigorosamente era explicitamente defendida pelos mencheviques. Segundo eles, podendo-se destacar entres seus líderes Plekhanov, Axelrod e Martov, a burguesia deveria ser considerada como pretendente natural do poder, cabendo ao partido do proletariado o papel de ala esquerda de uma frente democrática. Por outro lado, os bolcheviques, tendo em Lenin já o seu principal líder quando dos acontecimentos de 1905, formulavam a questão de forma diversa. Lenin enfatizava o problema agrário afirmando que sobre este radicava a questão da opressão da maioria da população, a qual estava situada no campo. Dessa maneira, a solução da questão da democratização da terra exigia a ação conjunta do campesinato e do proletariado no interior de uma fórmula democrático-burguesa. Ficava evidente que o desfecho revolucionário passaria por uma primeira etapa, devendo a mesma ocorrer no campo do capitalismo, pois essas duas forças revolucionárias, em que pese substituírem a burguesia e esmagarem o absolutismo, deveriam conduzir o país a um desenvolvimento *capitalista* dentro de um modelo particular de economia capitalista.

Só posteriormente, uma vez que a "revolução democrática" estivesse consolidada, se abririam as condições de luta por uma revolução socialista. Sendo a burguesia opositora do campesinato por não se dispor a resolver a tarefa da democratização da terra e, ao mesmo tempo, do proletariado, as duas classes deveriam se unir contra a burguesia com a finalidade de retirar o poder daquela, abrindo dessa maneira as portas da segunda etapa revolucionária. Mas, revelando uma aproximação parcial à teoria da revolução permanente, considerava que a união vitoriosa entre proletariado e camponeses só seria possível diante de uma pré-condição que Lenin julgava indispensável, qual seja, a realização da revolução socialista no ocidente.²⁸

A despeito desta indicação, esta fórmula de Lenin pode ser considerada ambígua por não explicitar a qual das duas classes caberia o papel dirigente dentro da aliança, deixando, portanto, fragilizada a iniciativa revolucionária organizada do proletariado em face, de acordo com a tradição marxista, da indefinida vocação histórica revolucionária do campesinato.

²⁸ TROTSKY, 1977, op. cit. pp. 1013-1014.

Em 1904 Trotsky já formulara os pontos essenciais da teoria da revolução permanente, mas só os publicaria em 1906 na sua conhecida obra *Resultados y perspectivas*.²⁹ A outra obra de sua autoria conhecida como complementadora do desenvolvimento da teoria da revolução permanente é *A revolução de 1905* e foi publicada em pela primeira vez em 1909 na Alemanha.³⁰ Mesmo assim, por vários anos a seguir ele pouco conseguiu socializar de suas novas idéias. A bem da verdade, deve ser esclarecido que Trotsky permaneceu relativamente isolado como força política expressiva entre 1905 e o início de 1917, afastando-se neste período dos agrupamentos marxistas principais, influenciando-os minimamente a respeito das posições adotadas pelo movimento marxista organizado. Somente às vésperas de outubro de 1917, na revolução de fevereiro do mesmo ano, que derrubou o czarismo, conseguindo colocar-se no centro de uma nova situação revolucionária, Trotsky passou a ter suas opiniões ouvidas. Enquanto aderira aos bolcheviques no calor da luta, estes moveram-se para a posição que caracterizava a revolução como eminentemente proletária.

No capítulo 4 de *Resultados y perspectivas* intitulado "Revolución y proletariado", Trotsky apresenta as razões que justificavam ao proletariado a atribuição de aspirante imediato do poder num país atrasado. Argumenta aí que a concepção que formula a ditadura do proletariado como dependente automaticamente de algum modo das forças e meios de um país é um prejuízo, posto que se trata de uma simplificação desenvolvida por um equivocado materialismo "econômico". Trata-se de uma crítica àqueles marxistas que tomando os textos de Marx ao pé da letra rejeitavam a idéia de um governo proletário na Rússia:

*"(...) no periódico americano **The Tribune** Marx escreveu resumindo os resultados da revolução e da contra-revolução de 1848-1849: 'A classe operária alemã está, em comparação com a inglesa ou a francesa, igualmente atrasada em sua evolução sociopolítica da mesma maneira que a burguesia alemã em comparação com a burguesia desses países. **Para tal amo, tal servo.** O desenvolvimento das condições necessárias para a existência de um proletariado numeroso, forte, concentrado e inteligente acontece passo a passo com o desenvolvimento das condições necessárias de existência de uma burguesia numerosa, acomodada, concentrada e poderosa. O movimento operário mesmo **nunca** é independente, nunca compreende exclusivamente*

²⁹ TROTSKY, Leon. *Resultados y perspicitvas / Tres concepciones de la revolucion rusa*. Argentina, El Yunque Editora, s/d.

³⁰ TROTSKY, Leon. *A revolução de 1905*. São Paulo, Global, s/d.

um caráter político até que todas as diferentes partes da burguesia, sobretudo sua parte mais progressista, os grandes proprietários de fábricas, não tenham conquistado o poder político transformando o Estado segundo suas necessidades. Então, terá chegado o momento em que o conflito inevitável entre os senhores das fábricas e os operários assalariados se aproxima ameaçadoramente e já não pode ser evitado por mais tempo'.

*O leitor conhece provavelmente esta citação que, nos últimos tempos, os marxistas livrescos dela tem abusado frequentemente. Ela tem sido posta em relêvo como argumento irrefutável contra a idéia do governo operário na Rússia. **Para tal amo, tal servo.** Se a burguesia russa não é suficientemente forte para apresentar-se como autoridade pública, então menos ainda se pode falar de uma democracia operária; quer dizer, o domínio político do proletariado.*

O marxismo é sobretudo um método de análise - não de análise de textos, mas sim das relações sociais. É justo que na Rússia a debilidade do liberalismo capitalista signifique a qualquer custo a debilidade do movimento operário? É justo, na Rússia, que um movimento operário independente não seja possível antes que a burguesia tenha conquistado autoridade pública? Basta colocar estas perguntas para se reconhecer o desesperado formalismo de pensamento contido no intento de converter um comentário histórico relativo de Marx em um teorema secular. (...)"³¹

Trotsky procurava esclarecer que a Rússia encerrava condições particulares em seu desenvolvimento mediante as quais o liberalismo aparece numa posição relativamente débil. Porém, fugindo daquilo que era adotado como uma regra, norma ou lugar comum, passaria a afirmar que o proletariado disassocia-se de seu antípoda atingindo um nível de desenvolvimento qualitativamente superior. Com isso, não seria correta a atribuição de debilidade também ao proletariado. Contraditoriamente, o proletariado russo adquiria a identidade da força social que apontaria o caminho futuro a ser seguido, e parecia desmentir ou empanar a afirmação "clássica" do materialismo histórico de que, invariavelmente o desenvolvimento econômico projeta-se como a base do político.

A leitura mecânica do materialismo histórico não permitia visualizar que na Rússia a relação entre infra e superestrutura estava condicionada pelo elemento econômico proveniente de fora das fronteiras nacionais, exógeneamente à formação social capitalista interna. Assim, na superestrutura nacional, o elemento político, no que concerne ao cenário das classes sociais, estava "deformadamente" condicionado pelas forças econômicas. As novas forças produtivas capitalistas, de acordo com as especificidades com que surgiram na Rússia, criaram um proletariado mas não uma burguesia na verdadeira acepção do termo.

³¹ TROTSKY, L. *Resultados y perspectivas...*, op. cit., pp. 39-40.

As particularidades russas, fortemente marcadas pelos elementos feudais, obstaculizavam a gestação e desenvolvimento da burguesia, enquanto o trabalho assalariado industrial conhecia menos dificuldades ao seu desenvolvimento dado que as forças produtivas mais modernas eram diretamente trazidas do exterior pelo capital estrangeiro e pelo Estado. Num país capitalista relativamente pouco desenvolvido, portanto, a luta pelo fim do jugo absolutista seria travado entre este e a classe dos operários industriais tendo o campesinato como seu aliado indispensável. Neste país que procurava apresentar-se como um novo espaço capitalista, a burguesia comparecia muito mais como espectadora.

Ao descrever as particularidades do desenvolvimento russo Trotsky o faz em termos de suas características sócio-econômicas, elaborando uma verdadeira "sociologia" da história russa, destacando a distinção entre esse desenvolvimento e aquele que conduziu determinados países europeus plenamente ao capitalismo. O traço fundamental determinante da introdução do capitalismo na Rússia deve ser localizado na ação do Estado absolutista. Este toma para si tão importante tarefa visto que na Rússia não ocorrera uma homogeneização das formas produtivas no sentido de estimular o florescimento das classes sociais. Por conseguinte, é lícito afirmar-se que, até certo ponto, as classes sociais na Rússia foram "criadas" pelo Estado. Assim, sob influência externa, do grande capital oriundo dos países desenvolvidos e da cultura ocidental já impregnada dos matizes burgueses inerentes ao pragmatismo produtivista, o Estado autocrático empreende a iniciativa de fundar os ramos industriais e outras atividades econômicas que naturalmente estariam sob responsabilidade das classes médias nacionais se a mesmas existissem, ou, em outras palavras, tivessem autoridade e força suficiente para levar a cabo tal objetivo. A Revolução Burguesa tornava-se ficção na Rússia e as soluções de ordem burguesa passavam a ser colocadas no horizonte da única classe revolucionária que se forma internamente, a saber, o proletariado.³²

Os elementos que explicam o surgimento na Rússia de um proletariado forte, moderno e com grande capacidade revolucionária devem ser encontrados nos fatos que demonstram o acelerado desenvolvimento industrial russo num espaço de tempo relativamente curto. Forma-se, então, um quadro extremamente contraditório marcado pelo atraso feudal nas atividades agrárias, comerciais e artesanais por um lado, e pela industrialização tão moderna quanto aquela encontrada em grau mais avançado nos países centrais, por outro lado. A maior demonstração disso é dada pelo vertiginoso crescimento das cidades russas. Até meados do século XIX a vida

³² Idem, pp. 7-17.

urbana era insignificante e exclusivamente relacionada com as atividades administrativas e militares. A indústria existente vinculava-se à agricultura em decorrência da desimportância do artesanato e da particularidade da formação das classes sociais internas. Com a entrada maciça do capital externo uma rápida modernização urbana se consumou. Surgiram grandes cidades e, o que é mais importante, atreladas a elas, seus habitantes naturais na modernidade, o proletariado, com a grande diferença de que na Rússia este surgia fora do processo que o constituía na Europa ocidental.

Implantava-se um sistema fabril que teria como grande originalidade a formação de um proletariado na vanguarda dos acontecimentos e sua antítese, a burguesia, na retaguarda. A burguesia que ao surgir na Europa arrastara consigo, apoiando-a em sua aspiração de consolidação do poder, a pequena burguesia urbana (artesãos, pequenos comerciantes, etc.), na Rússia estava confinada a um pequeno círculo isolado. A configuração deste papel político desproporcionalmente elevado do proletariado russo é reforçado "(...) pelo fato de que uma parte considerável do capital russo era imigrado. Isto conduziu - segundo Kautsky - a que o proletariado tenha aumentado em número, força e influência de uma maneira que não guardava a mais mínima proporção com o crescimento do liberalismo burguês. (...)".³³

O absolutismo, sob pressão direta dos Estados ocidentais, se apoderou dos métodos administrativos muito antes que a burguesia adquirisse uma identidade e constituição nacional. O capital que conta no desenvolvimento industrial russo liga-se e origina-se do ocidente ajudado providencialmente pelo absolutismo. Ao final do século XIX as velhas cidades arcáicas já haviam sido transformadas em importantes centros industriais e comerciais. E, não mais que de repente, o proletariado apresentava-se concentradamente em grandes aglomerados urbanos. Simultaneamente, a burguesia colocava-se entre o proletariado e a autocracia de maneira débil e isolada da população. Essa burguesia, em média, era de origem estrangeira e sem tradições históricas, praticamente orientando-se apenas em função de uma grande cobiça.³⁴

A incorporação às teses do marxismo da possibilidade da deflagração da revolução socialista num país atrasado torna-se possível em face da introdução ao seu escopo das condições radicalmente novas proporcionadas pelo capitalismo em sua era imperialista. Pode-se dizer que o marxismo passava a contar com um reforçamento que o ajudava a superar aquela visão reducionista que insistia na

³³ Ibidem, p. 22.

³⁴ Ibid. pp. 24-25.

impossibilidade de "saltar" a etapa capitalista e na necessidade de uma Revolução Burguesa formal como premissa ao socialismo. Com a teoria da revolução permanente seria possível considerar fortemente a impossibilidade da Revolução Burguesa na Rússia em decorrência da mundialização das forças produtivas capitalistas.

A interpretação marxista do capitalismo seria atualizada pela teoria da revolução permanente no âmbito das contradições imanentes à relação entre as forças produtivas tornadas mundiais e os Estados que permanecem enquanto entidades de expressão nacional. Ainda mais, neste contexto, tomando-se as particularidades e anomalias de cada nação *vis a vis* o mercado mundial, passaria a ter maior reconhecimento a vigência implícita da *lei do desenvolvimento desigual e combinado* perpassando-as internamente assim como demarcando as relações entre as mesmas:

*"As leis da história nada tem em comum com os sistemas pedantescos. A desigualdade do ritmo, que é a lei mais geral do **processus** histórico, evidencia-se com maior vigor e complexidade nos destinos dos países atrasados. Sob o chicote das necessidades externas, a vida retardatária vê-se na contingência de avançar aos saltos. Desta lei universal da desigualdade dos ritmos decorre outra lei que, por falta de denominação apropriada, chamaremos de **lei do desenvolvimento combinado**, que significa aproximação das diversas etapas, combinação das fases diferenciadas, amálgama das formas arcaicas com as mais modernas. Sem esta lei, tomada, bem entendido, em todo o seu conjunto material, é impossível compreender a história da Rússia, como em geral a de todos os países chamados à civilização em segunda, terceira ou décima linha".³⁵*

Chamando a atenção em sua análise para o princípio metodológico de *totalidade*, Trotsky toma o modo de produção capitalista não em termos de sua manifestação isolada conformando um determinado país. Pelo contrário, sua preocupação volta-se, antes de tudo, para o capitalismo histórico, enquanto um sistema, que conhece sua gênese e desenvolvimento e cuja qualidade atingia diferentes graus à medida que evoluía. Se o emprego do princípio da totalidade pode ser abrandado para a análise do capitalismo em seu período de gestação, sua utilização torna-se completamente indispensável quando quer-se estudá-lo num estágio em que o mesmo já percorrera alguns séculos após o aparecimento de seus principais elementos gestadores e quando seus traços definidores já tinham se consolidado.

³⁵ TROTSKY, Leon. *A história da revolução russa*. Rio de Janeiro, Paz & Terra, 1977. Vol. I, p. 25. Grifos no original.

Isto porque seria inaceitável, na perspectiva do socialismo, interpretar o capitalismo tão-somente como um modo de produção representando um conjunto de relações de produção cuja identidade tem um perfil nacional, específico de um determinado espaço geográfico. Assim que a humanidade adentra a era burguesa ela passa a conhecer novas formas e meios da organização social da produção e, conjugadamente a isso, novas estruturas políticas e estatais. O próprio Estado, enquanto instituição associada ao conceito de país-nação, se consolida com o aparecimento do capitalismo. À medida que este se impõe, a instituição estatal/nacional adquire seus contornos definitivos. Foi necessário o espraiamento do capitalismo para que se conformasse um mosaico de nações com perfis próprios e substancialmente distintas entre si quanto ao grau de incorporação das novas relações de produção. Não obstante, sendo verdade que o desenvolvimento do capitalismo ao longo de séculos colaborou decisivamente para a consolidação do universo das nações, ao mesmo tempo, dialeticamente, a continuidade desse desenvolvimento trouxe consigo uma diminuição da importância e da força relativa de cada uma delas vistas como expressões eminentemente nacionais.

Depois de certo tempo, apenas em determinadas condições as fronteiras nacionais apresentam-se como instrumentos garantidores da soberania nacional. Tendencialmente a soberania nacional diminui de forma inversamente proporcional ao desenvolvimento do capitalismo visto como um sistema. E com isso, cada vez mais, o conceito de nação, tomado como concretude, torna-se uma ficção. Já no final do século XIX passaram a prevalecer as leis econômicas do capitalismo que atuam de acordo com um mercado mundial unificado e sua lei do valor. Em vista disso, passariam a afirmar os marxistas, considerando as condições objetivas, a economia mundial já estava preparada, madura, para o socialismo.

É notável a descoberta de Trotsky ao insistir na análise do capitalismo segundo o método da totalidade. Tendo o capitalismo amadurecido seus traços fundamentais e estabelecido seus espaços originários recorrendo à alavanca revolucionária, esta esgota suas possibilidades desde quando os chamados países centrais e novos senhores do mundo ficam definidos. Ao ingressar o século XX o capitalismo continua sua expansão para novos países não a partir da iniciativa de classes sociais internas com vocação burguesa, mas, principalmente, por intermédio da subversão das relações pré-capitalistas por iniciativa da burguesia estrangeira apoiada nos mecanismos políticos-militares de seus Estados nacionais, cuja expressão mais representativa foi o imperialismo colonialista.

A era das revoluções burguesas estava encerrada e se colocava concomitantemente as possibilidades para a abertura das revoluções proletárias.

Ou seja, a formação social burguesa esgotara suas possibilidades de desenvolvimento abrindo caminho para o surgimento da nova formação social, a socialista, fato que poderia iniciar-se independentemente do grau de desenvolvimento nacional-capitalista do país que conheceria a revolução proletária considerada como um ponto de partida.

Mas, consoante com esse desenvolvimento teórico, é muito importante fazer a seguinte advertência: a teoria de Trotsky não afirmava de modo algum que a Rússia poderia chegar ao socialismo diretamente por seus próprios meios. Esta possibilidade deveria ser descartada em virtude daquele país apresentar-se como uma nação atrasada. O que deve ser apreendido é a importância dela **dirigir-se** ao socialismo, mostrar-se como ponto de partida em face das condições internas particulares que demonstravam a impossibilidade da burguesia nacional russa tomar para si as tarefas que caberia historicamente a ela própria. Isto fica esclarecido quando se verifica que Trotsky havia elaborado um embasamento econômico para o internacionalismo político. Na opinião de Scharlau "(...) a teoria da revolução permanente não constituía uma visão da história russa, mas sim o primeiro esboço de uma **história mundi socialista**".³⁶ E para Brossat, "(...) por isso se compreende em que medida as escassas críticas que Lenin fez a Trotsky sobre esta questão antes de 1917 resultavam sem sentido, porque giravam em torno da idéia de que, **desde o ponto de vista nacional**, a Rússia não se encontrava madura para a revolução socialista. De certo modo, Trotsky não negava este fato; ele simplesmente afirmava que, desde o ponto de vista das condições mundiais, a Rússia não se encontrava em condições de realizar uma revolução burguesa. (...)".³⁷

Examinando mais de perto a Rússia no *locus* da economia mundial ver-se-á que, mesmo sob iniciativa do proletariado, num primeiro momento, a revolução tem um caráter burguês. No entanto o caráter burguês está concernido às tarefas imediatas. Evidentemente, o capitalismo implantara-se de forma incompleta na Rússia quando o proletariado erigira-se como força política revolucionária na primeira revolução, em 1905, e assim permanecera quando este assumiu o poder com a revolução de 1917. O fundamental do mundo burguês, econômica e politicamente, estava por ser realizado na Rússia. Se fora possível constatar já em 1905 e, mais acentuadamente, em 1917, a instalação de ramos econômicos industriais modernos, ao mesmo tempo, por outro lado, a terra permanecia nas mãos de um número relativamente pequeno de grandes proprietários ainda com fortes resquícios feudais e, no terreno político, por exemplo, inexistiam as

³⁶ Apud BROSSAT, 1976, op. cit., p. 83. Grifos no original.

³⁷ Idem, p. 83. Grifos no original.

liberdades democráticas representativas do sufrágio universal, da República e do direito de greve e de organização sindical e política.

Contudo, de acordo com a teoria da revolução permanente, não se tratava, para o proletariado, de substituir a burguesia para realizar tais tarefas visando a integralização do modo capitalista de produção na Rússia. Constituindo-se nas forças motrizes dessa Revolução Burguesa, o proletariado, apresentando-se já como uma classe social *para si*, de acordo com sua perspectiva histórica, unia organicamente o conteúdo da revolução burguesa com a primeira etapa da revolução socialista.

Em paralelo, esta primeira etapa socialista da revolução proletária num país atrasado, assim poderia ser reconhecida desde que confrontada com a totalidade capitalista mundial. Certamente, ao tempo em que seria a primeira etapa do socialismo na Rússia apresentar-se-ia como elemento deflagrador da revolução proletária nos países desenvolvidos em face da vinculação e do caráter organicamente internacional da classe operária. Realizadas as tarefas para a construção do socialismo na Rússia, este só seria de fato levantado em consonância com o advento da revolução mundial, sem o que não se poderia falar categoricamente em implantação socialista. Daí, depreende-se que, no contexto da revolução permanente, o socialismo é uma realização mundial, internacional.

Em 1928 Trotsky faria uma síntese de sua teoria, a qual pode ser aqui utilizada para elucidação dos comentários aqui efetuados:

"(...) tantos uns como outros, consideravam a democracia e o socialismo, em todos os povos e em todos os países, como duas etapas não somente distintas, mas também muito distantes uma da outra na evolução social. Esta idéia predominava, de igual modo, entre os marxistas russos que, em 1905, pertenciam quase todos à ala esquerda da Segunda Internacional. Plekhánov, o brilhante fundador do marxismo russo, considerava como louca a idéia da possibilidade de uma ditadura proletária na Rússia contemporânea. Este ponto de vista era compartilhado não somente pelos mencheviques, mas também pela esmagadora maioria dos dirigentes bolcheviques, em particular pelos atuais condutores do partido. Eles eram então democratas revolucionários convictos, mas os problemas da revolução socialista lhes pareciam, tanto em 1905 como em véspera de 1917, o prelúdio obscuro de um futuro ainda longínquo.

A teoria da revolução permanente, renascendo em 1905, declarou guerra a esta ordem de idéias e a essa disposição de espírito. Ela demonstrava que, em nossa época, o cumprimento das tarefas democráticas, proposto pelos países burgueses atrasados,